



UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE TOCANTINÓPOLIS  
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS LICENCIATURA

ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

**MULHER, GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO OZIEL -  
MST: PORTO FRANCO - MA**

TOCANTINÓPOLIS - TO

2020

ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

**MULHER, GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO OZIEL -  
MST: PORTO FRANCO- MA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para obtenção do título de licenciada em Ciências Sociais, sob orientação da profª. Drª Rejane Cleide Medeiros de Almeida.

TOCANTINÓPOLIS - TO

2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

MS27m    Morais, Alessandra da Conceição.  
          MULHER, GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO  
          ASSENTAMENTO OZIEL - MST: PORTO FRANCO - MA. / Alessandra da  
          Conceição Morais. – Tocantinópolis, TO, 2020.

64 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus  
Universitário de Tocantinópolis - Curso de Ciências Sociais, 2020.

Orientadora : Profª. Drª Rejane Cleide Medeiros de Almeida

1. Gênero. 2. Mulheres do Campo. 3. Território. 4. Organização Política . I.  
Título

**CDD 300**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

ALESSANDRA DA CONCEIÇÃO MORAIS

**MULHER, GÊNERO E ORGANIZAÇÃO POLÍTICA NO ASSENTAMENTO  
OZIEL- MST: PORTO FRANCO- MA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) para  
obtenção do título de licenciada em Ciências  
Sociais, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Rejane Cleide  
Medeiros de Almeida.

Aprovado em 26/02/2020

**BANCA EXAMINADORA**

Rejane Cleide Medeiros de Almeida

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rejane Cleide Medeiros de Almeida (Orientadora)

Universidade Federal do Tocantins-UFT

Mariane da Silva Pisani

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mariane da Silva Pisani (Membra interna)

Universidade Federal do Tocantins- UFT

Gilvânia Ferreira da Silva

Prof<sup>a</sup>. Ms. Gilvânia Ferreira da Silva (Membra externa)

Universidade Federal do Maranhão- UFT

Mariane da Silva Pisani

Prof. Ms. Bruno Santos Hammes (Membro interno)

Universidade Federal do Tocantins-UFT

Tocantinópolis/TO

2020

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho à minha Mãe que me apoiou e se empenhou para conquistar essa vitória, ao meu pai que mesmo não se encontrando entre nós, sempre nos desejou esse sucesso, a vitória não é só minha é de vocês também! “E olha aqui o meu sonho pai, você realizou”. E a todas as mulheres do Assentamento Oziel Alves que contribuíram para a realização desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar à Deus, pelo seu infinito amor e zelo, por sempre se fazer presente na minha vida, por conceder-me a graça de acordar todos os dias, por realizar um sonho, por abençoar os caminhos que percorri para chegar até aqui, pois sem ele não conseguiria.

À minha querida Mãe Domingas Morais, lembro-me das vezes que dizia: “Minha filha isso não termina mais não? “Já vai de novo? ”. Também recordo das semanas que passava em casa só para almoçar e tomar banho, pegava chuva na estrada e, haviam dias que isso acontecia por duas vezes, quando não pegava chuva na ida eu pegava na volta. Foram dias de preocupações que minha mãe passou, mas, sou grata por tudo, pois ela sempre me apoiou e passou noites de sono esperando eu terminar de fazer os trabalhos. Agradeço muito a ela por ter investindo para que eu estudasse e construísse não só a minha profissão, mas também minha vida, me dando apoio moral para que chegasse até aqui.

Agradeço a toda minha família, Domingos Morais, Francisco Morais, minha irmã Andreia Thomaz e meu cunhado Thomaz, que sem medir esforços me acolheram em sua casa desde o início e sempre me ajudaram. Obrigada por sempre deixar uma janta feita para mim, mesmo já tendo jantado fora, por sempre arrumar a cama e me buscar na beira rio, todas as vezes que precisava. Obrigada por todos os momentos de preocupações ocorridos por minha causa, por se importarem comigo.

À minha querida orientadora, Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rejane Medeiros, uma profissional admirável. Obrigada por todo auxílio na execução deste trabalho, e também por não medir esforços em aceitar meu convite para ser minha orientadora, mesmo com o curto tempo que nos restava se empenhou para a realização deste trabalho, obrigada pela sua dedicação.

Também quero agradecer ao Prof<sup>o</sup>. Ms. Bruno Hammes que foi o meu primeiro convidado o qual também aceitou, e com sua dedicação iniciamos este trabalho dando os primeiros passos como um projeto de pesquisa na disciplina de *Metodologia de Pesquisa*. Sou grata pelo tempo que se dedicou com as orientações até a conclusão da disciplina, mas, não sendo possível continuar com o projeto de TCC, por motivo de força maior, o mesmo me deu todo apoio em dá continuidade juntamente com a Prof<sup>a</sup>. Dr. Rejane Medeiros e assim chegamos ao término. Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Mariane Pisani que além de ajudar com algumas dicas de referências de leituras para a construção desta monografia, aceitou o convite de fazer parte da banca orientadora. Agradeço também a compreensão e ensinamentos de todas as

professoras e professores que fizeram parte desta minha caminhada, com seus ensinamentos e conselhos, sou grata a todos.

Aos meus amigos e colegas também não posso esquecer de agradecer: Rogério, que muitas vezes foi “minhas pernas” me levando para atravessar o rio para ir a faculdade, não se importando se estava chovendo ou fazendo sol, sempre se dispôs em ajudar, o que você já fez por mim só Deus para lhe recompensar, até mesmo ao sair do trabalho no final do dia, sempre esteve presente para levar-me em casa quando precisava. Ao Rubens que também contribuiu com a sua disposição, lembro-me em um dia de chuva que não pude ir para a estrada pegar um carro, e ao me ver naquela situação, se dispôs em me ajudar, foram bons tempos como vizinhos. Ao meu cunhado Thomaz e minha Irmã Andreia, os mesmos contribuíram com minha ida e volta nesse período até possuir uma moto, até mesmo depois de estar com um veículo ainda socorriam a minha pessoa, nos momentos de chuvas, moto com defeito e barreira de polícia na estrada (risos). Também agradeço em especial ao Pastor Francisco Alves que sem medir esforços contribuiu para essa formação, mesmo eu acidentada não permitiu que faltasse na aula em um dia de chuva em pleno dia de seminário, obrigada pelo carinho. À minha patroa Gizele Ferreira, que sempre me entendeu e me apoiou quando tive que pedir para substituir-me no trabalho por causa de algumas aulas que eram realizadas pela manhã e outras no sábado e até mesmo por viagens da faculdade que tinha que comparecer. Obrigada por sempre se colocar disponível para ajudar, obrigada pelo carinho e compreensão.

Aos meus amigos que ganhei no decorrer deste percurso, que a UFT trouxe de presente: Janeide Cavalcante, agradeço pela sua dedicação com ajuda e conselhos, com auxílio nos trabalhos e por fazer dos meus momentos muito melhores (se separadas fazemos bagunça, juntas fazemos a festa!). Ana Paula Mota e Márcia Sousa, agradeço pelos cuidados, almoços, brincadeiras, mesmo no desespero eram cuidadosas e positivas transmitindo sempre uma boa energia, agradeço pelos seus doces carinhos e companheirismo. À minha amiga de turma Ivana Silva, que no decorrer do curso mudou pra outra área e outra cidade, mas deixando muitas saudades, sua amizade, companheirismo e auto estima, incentivou bastante, olhava sempre o positivo quando havia só negativo, pelas idas e vindas da UFT, nas ladeiras de Tocantinópolis e os momentos na moto que fazia se tornar mais divertido. Ainda lembro do esforço que fez para eu conseguir a bolsa permanência, obrigada pois consegui e como você disse “use a primeira parcela bem usada”, cumpri o que pedi... (risos). Senti muitas saudades após ter saído, mas, me alegro pelo que conquistou, só Deus para lhe pagar o que tens feito por mim. Agradeço à Edglesia, Daiane Medrado e Carina por me incentivarem com

muita dedicação e simplicidade, suas companhias e amizades foram essenciais, os momentos dos seminários e as viagens ficarão marcados.

Laylson Mota, obrigada pelo tempo que gastou com esse trabalho e outros das disciplinas no decorrer do curso, pelo carinho e amizade, pelas travessuras das idas e volta da UFT, pelo incentivo e exemplo de dedicação. Lembro das nossas viagens que além de nos proporcionar grandes aprendizados foram divertidas, não dá para esquecer as vergonhas e broncas que passamos juntos, tanto nas viagens como no momento das aulas... (risos), sou grata por tudo. Agradeço também ao Jailson pelo companheirismo durante esse percurso para a universidade. Ao meu querido Barqueiro Dirceu, como eu sempre dizia “o melhor barqueiro” fazia das nossas preocupações e desespero a sua diversão e dessa diversão trazia a calma e um sorriso no rosto de cada um. Quantas vezes nos dava broncas por chegarmos atrasados, por fazermos bagunças e pedir desconto no contrato... (risos), lembro das vezes que molhávamos uns aos outros no momento da travessia, da minha sapatilha que colocou na água, são momentos que não tem preço! Obrigada pelo carinho, amizade, por fazer das nossas travessias as melhores. Sou grata aos amigos que ajudaram nos momentos difíceis, estiveram sempre presentes, sou grata pelos momentos que gastaram para me ajudar, por fazerem das idas e voltas desse trajeto de Tocantinópolis, Porto Franco e Povoado Coité muito melhores.

À todas as mulheres do Assentamento Oziel Alves, em especial as que foram entrevistadas, contribuindo para que este trabalho fosse possível, sendo pacientes comigo. Sempre me receberam com carinho e atenção, se disponibilizando a responder as minhas perguntas, aceitaram as fotos, sou grata ao carinho recebido por cada uma de vocês. Ao José Paulo que sempre andou comigo nas entrevistas me levando para as roças nas residências de cada uma delas e os envios de algumas fotos, sempre foi paciente também, mesmo naquele sono da tarde acordava para andar comigo, este trabalho não seria possível se vocês não tivessem contribuído.

Obrigada a todos vocês que contribuíram direto e indiretamente, foram pessoas que Deus colocou na minha vida para me abençoar neste trajeto, pois houveram momentos difíceis, outros mais tranquilos, caronas com pessoas que nem conhecia para não chegar atrasada, chuvas durante o percurso. Enfim, valeu a pena passar pelo o que passei, obtive grandes aprendizados e momentos de diversão, uma história para contar, um dia sendo vivido após o outro, vivendo e sobrevivendo, mas Deus estava presente em todos eles e chegamos ao final de mais uma conquista. Obrigada!



## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO-----	14
2. MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST-----	17
2.1 MST: História em Movimento? -----	17
2.2 Objetivo do MST -----	20
2.3 Organização do MST -----	21
2.4 Lutas e conquistas do MST -----	25
3. MOVIMENTOS DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A QUESTÃO DE GÊNERO -----	28
3.1 O que é gênero? -----	28
3.2 A luta pela terra no Brasil é também a luta das mulheres-----	31
3.3 O protagonismo político das mulheres rurais por seu reconhecimento econômico social -----	34
3.4 Os direitos da mulher à terra -----	37
4. ASSENTAMENTO OZIEL ALVES -----	41
4.1 A gestão do assentamento OZIEL ALVES -----	42
4.2 A luta pela terra -----	46
4.3 Organização política do assentamento OZIEL ALVES -----	49
4.4 A terra conquistada -----	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	59
6. REFERÊNCIAS-----	61

## RESUMO

O presente trabalho apresenta o tema: Mulher, gênero e organização política no MST. Objetiva-se analisar como se dá a organização e divisão de tarefas entre mulheres e homens, uma vez conquistada a terra, buscando assim compreender o posicionamento sobre a questão da mulher assentada e os lugares ocupados por elas. O intuito é entender como se dá a organização e a relação de gênero neste assentamento, a partir da entrevista que ocorreu com as moradoras dessa comunidade. Estas mulheres possuem uma importante representatividade dentro do assentamento a partir das construções de moradias, necessidades de saúde, e a organização da entrada de novos moradores, etc. A pesquisa parte de uma análise sobre a participação da mulher na luta pelo território, destacando seu papel no processo de lutas e conquistas do Assentamento Oziel. Pretende-se compreender também se as divisões de trabalho e organização do assentamento se diferenciam em relação à questão de gênero, ou seja, se os homens têm mais participação e oportunidades que as mulheres. A metodologia utilizada foi a abordagem qualitativa com pesquisa de campo e roteiro de entrevistas. Os resultados obtidos na pesquisa nos mostraram que o Assentamento Oziel Alves se tornou um lugar com uma boa infra - estrutura, com a divisão de trabalho ocorrendo de forma individual por cada família. É notório destacar que dentro de cada família as mulheres estão presentes tanto no serviço de casa como no serviço das roças.

**Palavras - chave:** Gênero; Mulheres do campo; Território.

## **ABSTRACT**

The present work aims to present the theme Woman, gender and political organization in the MST: once the land is conquered, how does the organization and division of tasks between women and men occur, with the objective of understanding the position on the issue of seated woman and the places occupied by them. Understand how the organization and the gender relationship takes place from the interview that took place with the residents of this community, which has a representation within the settlement based on housing construction, health needs, and the organization of the entry of new residents, etc. The research starts from an analysis of the participation of women in the struggle for territory, highlighting their role in the process of struggles and conquests of the Oziel Settlement. It seeks to understand whether the divisions of labor and organization of the settlement differ in relation to gender, that is, whether men have more participation and opportunities than women. The methodology used a qualitative approach with field research and interview script. The results obtained in the research showed us that the Oziel Alves settlement has become a settlement with a good infrastructure, with the division of labor occurring individually for each family, but within each one of them women are present both in the home as in the farm service.

**Key words:** Gender, Rural women, Territory.

## **SIGLAS**

BDTD - Banco de Dados de Dissertações e Teses Digitais

CONCRAB - Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil

CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CUT - Central Única dos Trabalhadores

CPT - Comissão Pastoral da Terra

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

ITR - Imposto Territorial Rural

MAST - Movimento dos Agricultores Sem Terra

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MLST - Movimento de Libertação dos Sem Terra

MMCB - Movimento de Mulheres Camponesas no Brasil

MUST - Movimento Unido dos Sem Terra

PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONAF - Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar

PT - Partido dos Trabalhadores

SAMU - Serviço de Atendimento Urgente

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

**Figura 1:** Mapa do Assentamento Oziel Alves (desenhado pelos próprios moradores)

**Figura 2:** Mapa do Assentamento Oziel Alves

**Figura 3:** Estrada para o Assentamento Oziel

**Figura 4:** Centro do Assentamento Oziel Alves

**Figura 5:** Dona Maria José no trabalho com mandiocas

**Figura 6:** Trabalho executado por algumas mulheres

**Figura 7:** Plantação nas roças dos moradores assentados

**Figura 8:** Mandiocas e a produção de farinhas

**Figura 9:** Reserva (200 hectares)

**Figura 10:** A Barreira

**Figura 11:** Antes e Depois da Terra Conquistada

## 1 INTRODUÇÃO

Apresentamos neste trabalho as reflexões acerca do tema: Mulher, Gênero e Organização Política no Assentamento Oziel Alves, com enfoque na questão do protagonismo da mulher dentro do Assentamento Oziel. A pesquisa foi desenvolvida em um assentamento do MST (Assentamento Oziel Alves), que está localizado na BR 335 na altura de 6 quilômetros na estrada de São João do Paraíso no Estado do Maranhão. Ao ter conhecimento do assentamento como também amizade com alguns moradores do mesmo, surgem alguns questionamentos: Como se dá a organização dentro desse assentamento? Quem dá a ordem de ocupação? Quem mostra a terra a ser ocupada? E etc. Por meio destes questionamentos o objetivo deste trabalho foi buscar compreender qual a participação da mulher na organização política do assentamento, procurando entender a questão de gênero e organização política no MST.

Para tanto, desenvolvemos um estudo analítico acerca do tema mulher e gênero, privilegiando o processo histórico da questão agrária e fundiária, bem como a importância do papel social da mulher/trabalhadora rural na luta pela garantia de seus direitos. E, por fim, buscamos compreender, por meio de suas histórias de vida, sua participação no processo de lutas/conquistas desenvolvidas no movimento real do cotidiano. Como metodologia utilizou-se levantamento bibliográfico no Banco de Dados de Dissertações e Teses Digitais (BDTD), que discutem sobre a luta do MST, em relação ao tema, a fim de adquirir informações sobre o mesmo, e assim conhecer a história do MST.

A pesquisa é de abordagem qualitativa e foram realizadas nove (09) entrevistas semi-estruturadas com as moradoras dessa comunidade, que possuem uma representatividade dentro do assentamento, sendo que uma delas faz parte da Direção da Associação do Assentamento Oziel Alves.

No decorrer das entrevistas, valorizamos a integração entre pesquisadora/interlocutoras, ou seja, não levando somente em conta o conteúdo das falas, mas também aspectos não verbais, como pausas, expressões faciais, risos, que apesar de não obter a formação de uma resposta, mostraram-se importantes como maneiras de interação entre a entrevistadora e as interlocutoras.

A intenção é descobrir e registrar suas participações no assentamento e compreender o significado e a importância de suas ações para si, para a família e a comunidade que pertencem. Para compreender o objetivo proposto, estudamos os espaços sociais em que as

mulheres vivem, acompanhando suas trajetórias, no processo do acampamento, no assentamento e em outros espaços por elas ocupados.

A pesquisa foi dividida em 3 capítulos. Sendo o primeiro intitulado como: “Movimentos Sociais no Brasil e o Surgimento do MST”. Tem como ponto de partida um breve histórico sobre os movimentos sociais e o MST. Na sequência há a ampliação da discussão para a questão agrária no Brasil, visto que, de fato, para conseguirmos apreender as relações de gênero das mulheres neste assentamento, consideramos importante fazer a análise e discussão da particularidade que envolve a realidade agrária no Brasil. Ainda, consideramos, neste contexto a presença da mulher nos movimentos de luta pela terra, pois desde as lutas anticolonialistas e contra a escravização, as mulheres se fizeram presentes neste movimento. A partir daí, estas lutas se ampliaram, surgindo os grupos feministas de luta pelos direitos das mulheres. Elas também travaram outras lutas em outros contextos, dentre eles a luta das mulheres camponesas que se consolida mais tarde no Movimento de Mulheres Camponesas do Brasil (MMCB). O surgimento dessas lutas, a partir da década de 1980 se torna emblemático, uma vez que deflagra a insatisfação geral da classe trabalhadora acerca da intensificação da exploração e expropriação dos seus direitos políticos, civis, econômicos e sociais.

O segundo capítulo que traz como título: “Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Relação de Gênero”, retrata sobre a igualdade entre gênero dentro do movimento e como ocorre a divisão de papéis estipulados para homens e mulheres, a fim de manter uma organização do mesmo. Retratando as definições de gênero, segundo algumas autoras como Joan Scott (1998) e Esmeraldo (2013), que trazem a discussão onde a partir do gênero pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social e as conexões de poder nas relações entre os sexos. O mesmo capítulo também traz como ponto principal a luta das mulheres para obter a posse da terra.

O terceiro capítulo é intitulado: “Assentamento Oziel Alves”. É onde apresentamos a análise das histórias de vida das seis (06) mulheres que são nossas interlocutoras: Genilda Pereira da Costa, Rosilene Ramalho Nascimento, Francisca de Sousa da Silva, Nilsa Araújo Carvalho, Ledí Pereira Silva, Luzia Valdilene Ribeiro de Sousa e Francisca dos Prazeres.

Por meio de suas histórias buscamos compreender a forma como acontece o seu protagonismo neste processo de resistência e luta pela terra como um direito social. Neste sentido, entendemos a singularidade essencial de cada história, não desconsiderando as aproximações existentes nas suas particularidades. Suas origens são, dentre outras semelhanças, observadas e vinculadas ao mundo rural.

A temática “Mulher, gênero e organização política no MST” chama nossa atenção, sendo um dos movimentos que luta em busca de mudanças na nossa sociedade, “ele surge no cenário político e econômico propondo-se a lutar por mudanças sociais no país e pela construção de uma sociedade sem exploradores e explorados” (DENISE; MELO, 2010. p. 113). E busca fundamentalmente, a redistribuição das terras improdutivas.

Enfim, foi nas histórias de vida destas trabalhadoras que procuramos entender o significado e o universo desses sujeitos, suscitando novas problemáticas, ideias, e pressupostos, que resultou na interpretação da realidade apresentada ao longo dos capítulos e considerações finais deste trabalho.

Os dados obtidos nos mostram que desde a gestação o Assentamento Oziel Alves, vem sendo estruturado com uma organização de trabalho coletivo entre mulheres e homens. As atividades realizadas como montar e desmontar barracos, enfrentamentos com policiais, fazendeiros, reuniões no INCRA, esses foram espaços onde as mulheres do Assentamento Oziel sempre passaram a ter voz, mas depois da terra conquistada, como se dá essa organização? Segundo as entrevistas realizadas com algumas mulheres do assentamento, elas relataram que hoje a divisão de trabalho se dá individualmente, ou seja, cada família se responsabiliza pelo seu mantimento, como: as construções das casas, empregos, plantações nos lotes, criações de animais, etc. Já a parte da representatividade é algo que ainda tem que ser conquistado, pois não se encontra nenhuma mulher como representante do assentamento. Algumas não se vêem no poder, outras não têm a oportunidade, e por discordarem de algumas coisas não são aceitas, mas, já existem mulheres na associação do Assentamento Oziel como secretárias e tesoureiras, ou seja, um espaço já conquistado por elas. Encontra-se hoje um assentamento que nasceu de um movimento de lutas, choros, medo e humilhação, onde seus assentados se tornaram herdeiros da terra.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL E O SURGIMENTO DO MST

A compreensão do contexto em que se deu o surgimento do MST é essencial para o entendimento da organização. Neste capítulo, buscamos estudar primeiramente sobre os Movimentos Sociais e a história da formação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Buscou-se compreender o significado das suas lutas, como se realiza, entender os principais objetivos e por último, analisar os processos da organização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

### 2.1 MST: História em movimento

Os movimentos sociais no Brasil estão presentes em toda sua história. Desde a luta de Palmares pela libertação dos escravos, surgiram os primeiros movimentos de luta. A população passa a ficar insatisfeita com algo, como por exemplo, com as formas de uma organização política e, a partir disso se reúnem e lutam para reivindicar as transformações ocorridas no campo econômico e social.

A formação dos Sem Terra nos remete a um processo de fazer-se humano na história que está produzindo e sendo produzido em um movimento de luta social, também constituído como parte de um movimento socio-cultural mais amplo; mesmo sem que os Sem Terra tenham plena consciência disso, tal movimento extrapola seus interesses corporativos e projeta novos contornos para a vida em sociedade (CALDART, 2001 p. 207).

Para Gohn (2008) as ações sociais, são ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural, que mesmo viabilizando formas distintas da população, se organizam e expressam suas demandas, ou seja, um grupo de indivíduos que se organizam para reivindicar em prol de melhorias, como as lutas que vêm ocorrendo no Brasil em todos esses anos, por exemplo, as lutas dos camponeses, ou melhor, a luta pela terra.

Fernandes (2000) aponta o surgimento das ligas camponesas em 1945, como movimento mais importante na formação do MST. Com o término da ditadura de Vargas “as ligas foram uma forma de organização política de camponeses proprietários, parceiros e meeiros que resistiram à expropriação, à expulsão da terra e ao assalariamento” (FERNANDES, 2000, p. 33).

Ao olharmos para o contexto histórico da formação do Brasil, vemos que ela é marcada pela invasão dos territórios indígenas, pela escravidão dos povos negros e pela

invasão dos territórios das populações tradicionais. Nesse procedimento de formação de nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 520 anos. Assim,

Quando os povos indígenas resistiam ao genocídio histórico, começaram, então, as lutas contra o cativo da terra, a expropriação, a expulsão e contra a exclusão, que marcaram a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfrentamento constante contra o capitalismo (FERNANDES, 2000, p. 25).

A gestação do MST surgiu justamente no enfrentamento à política de desenvolvimento agrário imposta pelos governos brasileiros, que gerava maior concentração de terras, bem como a expulsão dos camponeses e expropriação gerada pelo desenvolvimento do capitalismo durante o regime militar. Foi em 1984 o ano oficial da criação do MST, ocorrido no 1º Encontro Nacional dos Sem Terra em Cascavel, no Paraná<sup>1</sup>. Tendo como palavra de ordem: “Ocupação é a única solução”. Nasceu da articulação das lutas pela terra, pela reforma agrária e contra a exploração no campo (CALDART, 2001).

As relações sociais que se formaram, em uma época de dicotomias rurais, legaram um motivo gestado por líderes religiosos, primeiro com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e a Teologia da Libertação, que vieram para a tomada de consciência e depois na combinação de novas igrejas pentecostais. Nota-se que a organização religiosa, bem como o apoio das igrejas, foi fundamental para que o movimento tomasse a dimensão que alcançou no Brasil.

Faz-se necessário lembrar, também, que o MST não é o único movimento de luta pela reforma agrária, existem atualmente outros movimentos inspirados no MST ou divisões dele, como os próprios nomes sugerem, por exemplo, o MAST (Movimento dos Agricultores Sem Terra), ligado à Social Democracia Sindical, o MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra), e o MUST (Movimento Unido dos Sem Terra), ligado à Força Sindical.

Segundo Fernandes (2000) o MST é responsável por um terço das ocupações de terras realizadas no Brasil desde 1996, e representa aproximadamente dois terços das famílias acampadas recenseadas desde o mesmo ano, já os outros movimentos de luta pela terra disputam, portanto, o mesmo espaço político que o MST.

---

<sup>1</sup>Segundo Fernandes as referências históricas da origem do MST são “as ocupações das fazendas Macali e Brilhante, em Ronda Alta - RS, em 1979.”

## 2.2 Objetivo do MST

Conforme as pesquisas realizadas por Bezerra, a consolidação sob a sigla MST deu-se em janeiro de 1984, no primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Rurais Sem-Terra, contou com a participação de 150 delegados, predominantemente trabalhadores rurais, que a partir de então, decidiram por uma articulação em nível nacional.

Os princípios decididos nesse congresso foram: Lutar pela reforma agrária (terra para quem nela trabalha), ou seja, uma política agrícola que favorecesse a permanência dos trabalhadores no campo e por último, uma luta por uma sociedade igualitária.

As motivações e objetivos para o surgimento da organização dos trabalhadores sem-terra se deram de formas diversas nas diferentes regiões do país, enquanto na maioria delas a luta se baseou na disputa de terras devolutas ou desocupadas. A luta esteve baseada no questionamento do uso da terra, da manutenção de extensos latifúndios inexplorados ou apenas parcialmente utilizados.

Caldart (2000) quando relata a respeito da função social do movimento Sem-Terra, afirma ser diferente de trabalhador rural, pois é a transformação dos “desgarrados da terra” em “novos sujeitos sociais”. Para a autora, com a luta social enquanto uma classe e com um projeto de futuro, não será mais possível ser do MST e no momento em que conseguir a terra ser somente trabalhador rural, retomando a condição de antes. É a partir desse entendimento que os assentados não serão mais os mesmos camponeses de antes, passam a se identificarem como os Sem-Terra e continuam integrantes do MST. Por isso a autora defende “Sem-Terra” com letra maiúscula para diferenciar dos “sem-terra” sem identidade construída na luta e nas resistências. Nesse aspecto, Caldart (2000, p. 25), destaca que:

Os Sem – Terra passam a ser sujeitos sociais à medida que se constituem como uma coletividade que traz para si (o que não quer dizer esgotá-la em si) a luta para garantir sua própria existência social como trabalhadores da terra, enfrentando aqueles que, nesta sociedade, estão destruindo a possibilidade desta existência (CALDART, 2000 p. 25).

Caldart deixa claro, em sua análise, que ao constituírem-se sujeitos sociais constituem-se também, sujeitos políticos, pois passam a ter uma luta social, uma classe, um projeto de sociedade.

O MST se apresenta não como um movimento restrito a trabalhadores rurais. A questão da terra é compreendida também em nível urbano e há nesta convocação um entendimento de que a questão da reforma agrária é de todos e, que os seus resultados

influenciarão positivamente tanto no campo, quanto na cidade, ou seja, toda a sociedade. Segundo a compreensão do próprio movimento Sem-Terra, não é somente o trabalhador rural que faz parte desse projeto e a reforma agrária popular é o grande objetivo a alcançar.

Lara Junior (2012) coloca que o MST, em sua formação ideológica básica, é fruto da materialização do sincretismo religioso e político, mencionando o ecletismo marxista. O autor propõe que o nascimento do MST coincide com uma gama de ideologias que unidas e moldadas, especialmente pelos líderes do movimento, deixaram as ideias e a luta no MST com características diversificadas, apesar de seu debate e bandeira principal ser a luta de classes.

O MST embasa suas ações no Programa Agrário que foi elaborado para o VI Congresso Nacional do Movimento em 2014 e exibiu uma proposta para a Reforma Agrária Popular. De acordo como foi estabelecido no programa, a divisão é feita em nove blocos com propostas e objetivos para diferentes áreas.

Uma das reflexões propostas por Caldart (2000, p.67) sobre o MST, indica que “o MST enraíza os sem - terra especialmente porque lhes inclui ou devolve a uma coletividade”. Nessa reflexão há uma centralidade na cultura do coletivo. Segundo Bezerra, a Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB), para acompanhar as cooperativas dos assentamentos, planeja suas atividades sem desvincular-se do coletivo, tendo como um dos seus objetivos a luta contra a exploração do campo.

Este programa objetiva desenvolver potencialidades regionais, aumentar a renda da população camponesa, reduzir desigualdades econômicas entre produtores, técnicos e a sociedade e garantir a reorganização produtiva, estruturação da produção orgânica, a assistência técnica e a pesquisa na área, sem deixar de colocar a educação como direito fundamental. Dessa forma, os integrantes reivindicam melhorias nas infraestruturas sociais como moradia, acesso a energia elétrica e saneamento básico, saúde e educação gratuita e de qualidades (MST, 2019).

Pode-se observar que os objetivos do programa agrário do MST, não deixam de expressar, com liberdade, a face social e coletiva que é o desejo, especialmente, de quem elaborou o programa, na busca não somente da terra, mas da qualidade de vida e do socialismo, assim como colocado quase que no fim do programa. Nota-se que o estabelecimento do MST enquanto movimento social, ocorreu no período de redemocratização do Brasil, justamente como coloca Gohn (2002), sendo um processo natural da transformação de luta coletiva em movimento social e suas origens em sociedades que passam por mudanças estruturais.

O MST tem como objetivo:

- Lutar pela terra;
- Lutar pela Reforma Agrária;
- Lutar por uma sociedade mais justa e fraterna.

O plano ideal de preparo para a conquista de espaço social, que vai além da posse da terra é o que move os sonhos de cada militante, de cada dirigente, de cada liderança do MST. Dessa forma, não é difícil identificar as dificuldades com as quais eles se depararam e ainda se deparam no transcorrer desse processo.

Dentre estes objetivos existem vários outros defendidos pelo MST durante esses anos:

- Reforma Agrária;
- Justiça social;
- Causas indígenas e quilombolas;
- Punição dos assassinos dos trabalhadores rurais;
- Desapropriação dos latifúndios em posse das multinacionais;
- Distribuição igualitária das terras;
- Produção de alimentos nas terras libertadas (soberania alimentar);
- Cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR);
- Melhoria das condições de vida no campo e na cidade;
- Redução do Inchaço Urbano.

Segundo Xavier (2017, p. 165), para os Sem-Terra a conquista da terra significa o primeiro passo na direção de transformações estruturais na sociedade, suas ações são experimentos realizados entre a sociedade em que vivem e a sociedade sonhada, crendo que essa sociedade seja justa e fraterna com todos.

A ação política ganha importância para os militantes do MST, pois nela podem sentir mudanças na partilha do poder.

### **2.3 Organizações do MST**

Desde a fundação do MST, o movimento é organizado por meio de assembleias e congressos. A primeira organização é desenvolvida nos próprios assentamentos dos trabalhadores, onde todos têm direito ao voto: mulheres, homens, jovens ou velhos.

O MST denomina sua organização de participativa e democrática, como atuação paritária das mulheres, organizando-se em núcleos retratando as necessidades de cada área. Assim,

Desses núcleos, saem os coordenadores e coordenadoras do assentamento ou acampamento. Essa estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional e um aspecto importante é que as instancias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores, ou seja, um homem e uma mulher (MST, 2019).

O modelo organizacional do MST a partir de 2003, é o resultado do aperfeiçoamento e da incorporação de formas de organizações que já vinham sendo utilizadas anteriormente, juntamente com uma modificação significativa na estrutura formal anterior. Esse modelo de organização é o resultado de anos de debates e de observações realizadas pelas lideranças e assessores do movimento.

Desde o século XX, novas feições e formas de organização foram criadas na luta pela terra e na luta pela reforma agrária. No período do regime militar os camponeses foram violentados, por um lado os camponeses foram privados dos direitos de expressão, organização, reuniões e manifestação. Já por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador, excluindo uma agricultura de menos estabilidade e impulsionando o êxodo rural.

Segundo Almeida (2017), para enfrentar a estrutura conservadora, os movimentos sociais do campo enquanto sujeitos de direitos sociais, políticas culturais e econômicas, se organizam e pautam o que consideram vital para a sua sobrevivência: uma reforma agrária que não seja apenas distributiva.

O MST, criado em 1984, representava uma novidade política no cenário brasileiro. A forma de luta e de organização trazia inovações quanto à configuração das ações dos camponeses, que se constituíam a partir de experiências particulares e de experiências de militantes que participaram do movimento sindical, atendendo somente as categorias dos agricultores.

Como discorre Caldart (2000), mencionado anteriormente, ao citar a diferença entre MST e trabalhadores rurais, uma família assentada passa a ter outros diretos, outros objetivos, passando a ter uma luta social. Dessa forma,

Uma classe que deve trabalhar diariamente com horário fixo não pode ter organizações de assalto permanentes e especializadas, diferentemente de uma classe que desfruta de amplas possibilidades financeiras e não está ligada, em todos os seus

membros, a um trabalho fixo. Tais organizações, profissionalizadas, podem – a qualquer hora do dia ou da noite – desferir golpes decisivos e atacar de surpresa [...]. Portanto, a tática não pode ter, para certas classes, a mesma importância que para outras; para certas classes, faz-se necessária, porque apropriada, a guerra de movimento e de manobra, que no caso da luta política, pode-se combinar com um útil e talvez indispensável uso da tática [...] só a política cria a possibilidade da manobra e do movimento (GRAMSCI, 1981 p, 123-124).

Portanto, receber a terra não pode significar o fim da luta política, pois a sua continuação implica em uma organização da classe trabalhadora que se dá por meio da divisão de trabalho entre homens e mulheres.

Os assentamentos, muitas vezes, não possuem infraestrutura adequada para as famílias, impulsionando-as a realizarem novas lutas para conquistarem direitos básicos como, energia elétrica, saneamento e lazer. Neste sentido,

[...] os movimentos sociais do campo, enquanto sujeitos que aprendem a se organizar, a se reconhecer, a se posicionar diante das forças sociais geradas no processo de participação conduzem inúmeros sujeitos ao conhecimento e ao reconhecimento das condições de vida de parcelas significativas da população brasileira e assim os conflitos pela terra, que são gerados na dinâmica da luta social, ganham contornos de uma luta política, possibilitando a organização dos sujeitos em processos educativos de aprendizagens que permitem, pela dinâmica da luta, modificar suas vidas (ALMEIDA, 2017, p. 68).

A organização do MST avançou e se expandiu. Na sua organicidade ocorrem núcleos de base que realizam ações como assembleias, mobilizações, ocupações de terras e formação política.

As famílias que formavam um núcleo eram agrupadas em um núcleo de base, quando o número de famílias por núcleo era maior que 30, criavam-se dois ou mais núcleos de base, ou seja, em cada núcleo de base eram escolhidos dois coordenadores, um homem e uma mulher, que também comporiam a coordenação do assentamento (MST, 2019).

Os núcleos de moradia e de base foram importantes para a elaboração de modelos organizacionais do movimento em nível nacional, pois os acampados empreenderam ações coletivas para adquirir benefícios comuns, no caso a terra, guiados pelos princípios políticos e pelas práticas do movimento (ALMEIDA, 2017).

No decorrer do tempo ocorreram mais encontros do movimento Sem-Terra, onde eram discutidos novos modelos de organização para a melhoria do movimento, alcançando assim novas conquistas. Dessa forma, novas ações e estratégias de lutas de organização, deveriam influenciar o processo de luta social para alcançar transformações políticas e, também, garantir, na medida do possível, direitos iguais para homens e mulheres.

Os Encontros Estaduais realizados do MST representaram e ainda representam para todos os assentados, acampados e lideranças, o momento que o modelo de organização ideal se materializa, estimulando-os com os objetivos e as maneiras de continuar a luta pela terra e reforçar a mudança da estrutura agrária brasileira.

Gonh (1985) relata como seus principais movimentos sociais, todos aqueles que estão relacionados à produção, político-partidários, religiosos, do campo, categorias específicas, lutas gerais e movimentos sociais urbanos. Os movimentos sociais do Brasil têm como principal objetivo as questões referentes ao trabalhador do campo, a reforma agrária e algumas outras importantes transformações sociais.

Ao observarmos a questão dos conflitos que os movimentos produzem, e em torno dos quais eles se estruturam, é possível notar que eles apresentam uma especificidade: extrapolam o âmbito restrito dos conflitos de interesses ou de demandas pontuais no interior dos subsistemas, nos quais atuam e se vinculam diretamente às disputas relacionadas à forma de organização da vida em sociedade. Ou seja, movimentos sociais que atuam no sentido da transformação ou da manutenção de políticas públicas, sempre expressam conflitos mais amplos, relacionados às diferentes concepções sobre como a sociedade deve ser organizada.

Para Marx e Engels (2008) “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes”, ou seja, o que transforma certas lutas em movimentos sociais é uma organização em grupo, como já disse anteriormente é um grupo de indivíduos insatisfeitos, ou seja, por demandas materiais ou imateriais, com ideologias diversificadas. Souza (2013) também afirma que é no conceito de classe social que se compreende a forma como cada sociedade funciona.

Gohn (2002) discorre que tais lutas se transfiguram em movimentos sociais, por intermédio da organização coletiva. Houtart (2006) complementa que, apesar da multiplicidade dos indivíduos envolvidos, eles são ligados pela consciência de classe.

A luta de classes nada mais é do que o processo de conquista de espaço na sociedade, assim como a reformulação do modo de produção. A luta de classes, por sua vez, passa a ser um movimento, movimento este denominado de social, visto que é na pluralidade que este acontece, é uma ação coletiva, é um pensamento construído socialmente, pelas experiências e pelas relações.

Conforme Farias (2013), o MST lidera os principais e mais combativos acampamentos desde os anos de 1990, o mesmo foi ganhando espaço na mídia, respeito entre os Sem - Terra, chegando a liderar o maior acampamento do Brasil, em 1997.

Com a atuação do MST, privilegia-se a formação de acampamentos em diversos lugares, e por meio de lutas e investimentos podem - se tornar assentamentos permanentes. Assim, a organização das famílias acontece por meio de esclarecimentos quanto às formas de produção, incentivando as ações coletivas e não as individuais, orientando-se a aprendizagem das formas organizativas do MST. Como por exemplo, o Assentamento Oziel Alves, onde foi realizada esta pesquisa. Mesmo não havendo uma coletividade em torno da organização do assentamento, sua organização ocorre por meio de um órgão de associação e por família na área de produção.

Os acampamentos dos Sem - Terra são formados por famílias de camponeses que vivem como trabalhadores rurais, arrendatários, bóias-frias, porém com o mesmo intuito e objetivo, o de possuir a própria terra para plantar. Esses são direitos que lhes foram tirados e os fizeram de trabalhadores da terra e não donos dela.

Outras vêm de vários Estados do Brasil e colaboram na organização das ações, evidenciando as experiências positivas de distintas regiões, principalmente as do sul do país. As mulheres fazem parte desses grupos em todo o Estado, mantêm formas de estratégias e de enfrentamentos como o governo e o latifúndio, realizando ocupações não somente à beira de estradas, mas adentrando as fazendas (FARIAS, 2013).

Percebe-se que há uma organização de trabalho coletivo de mulheres e homens, onde as mesmas ocupam uma representatividade para realizar meios de ocupar um determinado local, e mobilizações para que os mesmos possam ter a posse da terra.

## **2.4 Lutas e Conquistas do MST**

Podemos dizer que o MST é filho das lutas, pela democratização da terra e da sociedade faz parte de uma gestação que realizou lutas em defesa da posse da terra e ocupações para conquistar a terra contra expulsões, contra assassinatos e diferentes formas de violência, grilagem de terra por fazendeiros e grandes empresas (FERNANDES, 2000).

As lutas camponesas foram uma forma de conquistar a terra, questionando o poder dos grandes proprietários, pois havendo muitas terras eram pouco valorizadas, sendo úteis apenas para a criação de animais ou mão de obra barata para poder haver uma produção. Com essa mão de obra realizada, a classe dominante faz garantir uma política de exclusão da terra aos camponeses, onde passariam a serem trabalhadores, mas não proprietários da terra, passando a ganhar o salário de acordo com sua força e habilidade no emprego.

Os camponeses revoltados com a situação e com a negação do projeto da reforma agrária, passaram a lutar pelo objetivo da posse da terra, pela reforma agrária e contra a exploração dos trabalhadores. Camponeses de várias regiões começaram a realizar uma resistência contra seus opressores, e essa revolta foi passando de quase escravo para assalariado Sem - Terra dando origem as ligas camponesas e a vários movimentos sociais.

Foram travadas lutas e resistências populares, lutas contra a exploração, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão. Assim, surgiram novos objetivos de resistência à ditadura das armas e das terras: posseiros, assalariados, meeiros, atingidos por barragens, e suas ocupações de terra se tornaram ferramentas de contestação do autoritarismo; sendo essa uma das formas de lutas dos sem-terra.

Segundo Fernandes (2000) foi aceito nas reuniões a ideia de que a partir do momento que entrassem na terra colocariam uma cruz e junto com ela uma bandeira do Brasil, simbolizando, sofrimento, conquista e o dia da pátria.

O movimento de luta dos trabalhadores vai ganhando força por meio das resistências e mobilizações das famílias sem-terra. Com isso houve a necessidade dos trabalhadores se conhecerem e debaterem as experiências vivenciadas na luta pela terra. Dessa forma,

A partir da história desses conflitos e do processo de organização dos camponeses no século XX, pode-se afirmar que a formação do campesinato no Brasil se deu por meio de violência. Os camponeses, historicamente, precisaram disputar a terra com os latifundiários, que produziram violência e medo para expulsar os camponeses da terra. Esse processo aconteceu com ações violentas: desde ameaças diretas dos grileiros, terror promovido pelos jagunços até organizações de grupos armados para expulsão de quem insistisse em continuar na terra (ALMEIDA, 2017, p. 41).

A implantação de um modelo de desenvolvimento econômico para o campo pautado no modelo da agricultura capitalista, negou a camponesa e provocou a migração destes para diferentes lugares do território brasileiro.

Durante a trajetória do MST, foram vários os caminhos de lutas, dificuldades que tiveram que passar, tendo como uma de suas lutas, a política. O que serve como motor de organização do proletariado em classe, perde força política quando se torna assentado, pois é obrigado a produzir para o “mercado” e, além disso, tem que demonstrar a viabilidade econômica de suas cooperativas.

Outras formas de luta foram através das mobilizações: marchas, caminhadas, ocupações de terras, ocupações em diversos lugares e assim realizaram várias conquistas como:

- 8 mil latifúndios ocupados (2014);
- 350 mil famílias assentadas (2014);
- Criação de escolas de Ensino Fundamental e Médio dentro de assentamentos;
- Feiras de alimentos em pequenas cidades com produtos oriundos de assentamentos.

Segunda Almeida (2017), no Brasil devido a expulsão dos camponeses do campo, estes lutaram de um lado para voltar a terra, para se tornarem proprietários; por outro lutaram também para permanecerem nela, como produtores de alimentos. Além do mais os trabalhadores sem-terra conseguiram regulamentar suas organizações em 4 categorias: trabalhadores na lavoura; na produção extrativista; na pecuária e produtores que exerciam atividade rural familiar.

Dessa forma, os sem-terra se organizam fazendo uma divisão de trabalho para assim alcançarem melhores resultados. Mulheres, homens e crianças que arriscam a própria vida para ter acesso a terra, entretanto, as relações sociais dos acampados sofrem algumas alterações em seus comportamentos tradicionais. Homens cozinham e cuidam das crianças, enquanto as mulheres fazem a segurança, ou seja, todos se inserem em algum setor. No próximo capítulo trataremos sobre a questão de gênero no MST.

### **3 MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO**

Este capítulo tem como objetivo refletir sobre a questão de gênero no movimento dos trabalhadores sem-terra. O mesmo é um dos maiores movimentos do Brasil e em meio a tantas lutas, tem se mantido em pé, com uma trajetória marcada por preconceitos e violências. No entanto, suas conquistas foram muitas, como posse de terras, famílias assentadas e construções de escolas, sempre lutando pela valorização da educação dentro dos assentamentos.

Ao olhar para todo o contexto histórico do MST, percebe-se que existe organização, planejamento e divisão de trabalho entre as famílias assentadas. A proposta para o presente capítulo é com a igualdade de gênero, em um movimento que luta por direitos, como se dá a relação da questão de gênero dentro do movimento. Neste sentido,

Na busca por tornar o MST um movimento também sem discriminação entre sexos, o Movimento entende que também a luta pela igualdade de gênero é fator importante para a consolidação da cidadania, “já que orientam as relações sociais no cotidiano dos assentamentos, assim como na sociedade toda, de modo a se observar que, para o MST, a transformação igualitária e solidária de uma sociedade inclui as relações de gênero” (SALVARO, 2004, p. 323).

Sobre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e as relações sociais de gênero, há ainda uma importante reflexão da qual nos esclarece Esmeraldo (2013), que diferencia esse movimento rural de outros. Segundo este autor, o MST expressa um sentido familiar nas suas ações, que é o sentido “que move o modo de vida e de produção da agricultura camponesa”. Sendo assim, as suas ações envolvem homens, mulheres, crianças e idosos, pois é uma luta pela família trabalhadora rural, diferente de outras instâncias de luta que “separam a militância da relação e condição conjugal e familiar”.

#### **3.1 O que é Gênero?**

Gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, ou seja, uma gama de características onde podemos dizer que são pertencentes e diferenciadas entre a masculinidade e a feminilidade, um sistema de distinções socialmente acordado. É uma descrição de macho e fêmea, que segundo a Biologia, essa tal descrição depende dos cromossomos expressos em seus órgãos genitais.

O conceito de gênero surgiu como categoria de análise em estudos que objetivavam demarcar lugares e distinguir o que é da ordem do masculino e do feminino.

Ora, o indivíduo não pode ser pensado sozinho: ele só existe em relação. Basta que haja relação entre dois indivíduos para que o social já exista e que não seja nunca o simples agregado dos direitos de cada um de seus membros, mas um arbitrário constituído de regras em que a filiação social não seja nunca redutível ao puro biológico (HÉRITIER, 1996, p. 288).

Para François e Hérítier (1996) o gênero se constrói na relação homem/mulher, uma vez que não existe um indivíduo isolado, mesmo independente de regras e de representações na sociedade. O termo gênero serve para determinar aquilo que é social, cultural e historicamente determinado.

Segundo Joan Scott (1989), a definição de gênero, nos ensina que o mesmo é uma categoria historicamente determinada que não apenas se constrói sobre a diferença de sexos, mas, sobretudo, uma categoria que serve para “dar sentido” a esta diferença. A partir do gênero, pode-se perceber a organização concreta e simbólica da vida social, e as conexões de poder nas relações entre os sexos; o seu estudo é um meio “de decodificar e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana”. Para Joan Scott (1989), muitas relações de dominação da história - na Revolução Francesa, nos regimes autoritários, no conceito de classe - estão ancoradas e se constituem na categoria do gênero, e para entendê-las é necessário inicialmente entender o gênero.

Compreender a questão do gênero para Scott (1989), significa reconhecer que homem e mulher são “ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes, ou seja, quando parecem fixadas, elas recebem, apesar de tudo, definições alternativas, negativas ou reprimidas”.

A desigualdade existente nas áreas econômica, social e política de gênero é um dos motivos mais preocupantes que nos deparamos a partir do século XX. São momentos em que a luta por direitos iguais, entre mulheres e homens, ganhou força com o movimento feminista.

Em uma sociedade o indivíduo desde criança é ensinado a se comportar de acordo com o sexo. Por exemplo, é ensinado que meninos usem roupa azul e meninas roupa rosa, que meninas devem brincar com bonecas e meninos com carros, que meninas devem brincar fazendo comida, representando o seu papel na cozinha, e os meninos devem focar no futebol. Esse é um dos assuntos debatidos na nossa sociedade, discutido até mesmo na política pela atual Ministra da Família do governo em curso, (2020). Estas ações nos mostram que a sociedade estipula os papéis sociais expostos para os diferentes sexos, e ainda continuam a se reproduzir, principalmente nos acontecimentos de dança, teatro, esportes e outras

manifestações que ocorrem na Instituição Escolar, onde se mostra a representatividade de cada um. Assim,

Papel é aqui entendido no sentido que se usa no teatro, ou seja, uma representação de um personagem. Tudo aquilo que é associado ao sexo biológico fêmea ou macho em determinada cultura é considerado papel de gênero. Estes papéis mudam de uma cultura para outra. A Antropologia, que tem como objetivo estudar a diversidade cultural humana, tem mostrado que os papéis de gênero são muito diferentes de um lugar para outro do planeta (GROSSI, 1998, p. 6).

Com a apuração da igualdade intelectual entre homem e mulher, buscaram-se novas possibilidades de justificar a divisão sexual do trabalho, com a identificação dos temperamentos masculinos e femininos. Dessa forma, eles passariam a serem observados e analisados, dando características diferentes para cada um dos sexos. Associaram à mulher características subjetivas, como a afetividade e a docilidade, vinculando-se ao homem a agressividade e a racionalidade.

Em seu texto sobre “Identidade de gênero e sexualidade”, Grossi respalda sobre os conceitos de gênero (papéis de gênero e identidade de gênero) retratando as suas diferenças. O autor apresenta, trazendo como referência para os seguintes temas, a antropóloga Margareth Mead e seu livro sobre “Sexo e Temperamento”, em que ela retrata sobre três tribos (os Arapesh, Mundugumor e os Tchambuli). Segundo a autora, essas tribos atribuíam papéis diferentes para homens e mulheres, comportamentos como agressividade e passividade. Segundo Grossi (1998, p. 7) em cada grupo havia comportamentos e papéis diferentes, “um deles, homens e mulheres eram cordiais e dóceis, no outros ambos eram agressivos e violentos e no terceiro eram mais passivos e caseiros”, ou seja, os papéis associados a machos e a fêmeas também mudam no interior de uma mesma cultura.

O gênero é utilizado para designar as relações sociais existentes entre mulheres e homens, rejeitando as justificativas biológicas, como aquelas onde existe um dominador e um subordinado. Olhando dessa forma, se compreende a roteiro dado pela sociedade onde as mulheres têm filhos e os homens têm uma força muscular superior, nesse olhar, o gênero se torna uma maneira de indicar os modos sociais da sociedade, sobre as características dos homens e das mulheres.

Joan Scott (1989) relata no seu texto “Gênero: Uma Categoria Útil para Análise Histórica”, a respeito das pesquisas de historiadores (as) feministas que pesquisaram ou pesquisam sobre a questão de gênero, porém Joan Scott afirma que suas análises podem ser resumidas em três categorias:

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito (JOAN SCOTT, 1989 p. 9).

Ao observar as leituras, percebe-se que cada uma delas tem suas deficiências para esta autora, partindo do pressuposto que: a questão da teoria do patriarcado não mostra como a desigualdade de gênero estrutura as demais desigualdades; já as marxistas estão muito presas à causalidade econômica e não explicam como o patriarcado se desenvolve fora do capitalismo, há também por parte do marxismo, uma tendência a considerar o gênero um sub-produto das estruturas econômicas.

A partir do momento em que se reconhece a categoria gênero, ela se torna fundamental para compreender a igualdade entre homens e mulheres, no que diz respeito a direitos políticos, econômicos, sociais, familiares, trabalhistas, e em todas as funções no modo social. No entanto, a simples utilização da expressão gênero ainda não é suficiente para explicitar as formas como se constrói em sociedade a dominação masculina, nem as razões que legitimam as diferenças entre o papel social de homens e mulheres. Mas, ao olhar por outro lado, a categoria sexo também não justifica as diferenças entre homens e mulheres, porque a identidade se constrói a partir dos relacionamentos em uma sociedade (JOAN SCOTT, 1989).

As concepções de masculinidade e feminilidade, dependem muito do meio em que o indivíduo está inserido, como, as leis, as religiões, a organização familiar e política, de diferentes circunstâncias, ou seja, da cultura que o indivíduo faz parte. São esses elementos que contribuem para a sociedade construir a concepção de gênero.

### **3.2 A Luta Pela Terra é Também a Luta das Mulheres**

Como afirma Fernandes (2000), nosso país é marcado por movimentos de lutas em prol de melhorias. A questão é que em muitos movimentos não se relata a posição das mulheres na linha de frente, e no movimento do MST, nos deparamos com o posicionamento da mulher dentro do mesmo.

Para entender como nasce o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, precisamos assimilar o processo de luta que se desenvolveu no Brasil até esse momento, e quais marcas imprimiram a questão agrária no país. Aqui veremos também como, apesar de

invisibilidades pela história, as mulheres tiveram um papel protagonista e crucial nas lutas travadas pelos trabalhadores rurais.

É graças à luta delas também que nas questões de gênero foram incorporadas às perspectivas de luta do movimento, entendendo-se a sua dissociabilidade da luta pela terra. E é com o amadurecimento da luta desenvolvida por essas mulheres, que cresce no campo uma luta feminista que reflete a identidade delas: camponesa e popular. Sendo assim, seguiremos neste capítulo com o estudo de como se desenvolve a luta pela terra no Brasil, a significativa participação das mulheres nela, e como, na trajetória do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, se inserem as questões de gênero, a partir do pressuposto da pertinência da luta das mulheres para a transformação da realidade.

Segundo Fernandes (2000, p.25) “as lutas camponesas sempre estiveram presentes na história do Brasil”. Em um país invadido, escravizado, colonizado para a exploração e enriquecimento da sua metrópole até as últimas consequências, a luta pela terra sempre existiu nos nossos mais de 520 anos de história. Nesse seguimento,

Há 500 anos, desde a chegada do colonizador português, começaram as lutas contra o cativo, contra a exploração e conseqüentemente contra o cativo da terra, contra a expulsão, que marcam as lutas dos trabalhadores. Das lutas dos povos indígenas, dos escravos e dos trabalhadores livres e, desde o final do século passado, dos imigrantes, desenvolveram-se as lutas camponesas pela terra. Lutas e guerras sem fim contra a expropriação produzida continuamente no desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2000, p.1).

No final da década de 1970 e na década de 1980, as lutas pelo restabelecimento da democracia, “da liberdade de expressão e de direitos políticos e sociais” confluem as manifestações organizadas por diversos segmentos da sociedade. Encontram-se nessa luta: operários, trabalhadores rurais, setores progressistas da Igreja Católica, partidos de esquerda, movimento estudantil, profissionais liberais e professores da academia. As “ações políticas e públicas” desses sujeitos fundamentaram o plano sócio histórico para o surgimento da Comissão Pastoral da Terra (CPT), do Partido dos Trabalhadores (PT), da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Nestes espaços, nem sempre esclarecidos pelos livros de História, as mulheres se integram como trabalhadoras em busca da efetivação de direitos para a classe como um todo, e também na luta das questões que dizem respeito a elas enquanto mulheres nesta construção social.

Nesse sentido,

As dificuldades para reagir, enfrentar no plano individual, familiar e de forma isolada modelos de sociabilidade, ordens sociais, sistemas patriarcais, estruturas objetivadas, inscritas e instituídas nos corpos, objetos, tempos, espaços e nos trabalhos de homens e de mulheres, levam as mulheres a buscar articular-se em movimentos sociais e políticos para construir sua afirmação como trabalhadoras rurais (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Aqui percebemos um momento muito importante e de uma grande dimensão, que vem sendo discutida neste trabalho, o sentido coletivo da luta que está pautada pelo movimento. Percebendo as dificuldades e impossibilidades da transformação de sua condição na sociedade de forma individual, as mulheres passam a integrar nas lutas coletivas dos trabalhadores.

A partir da década de 1980, então, as mulheres camponesas tomam os seus lugares nesses espaços, se integrando a partidos políticos, sindicatos, e na árdua reivindicação da participação feminina na política (ESMERALDO, 2013).

A significativa participação feminina no 1º Encontro Nacional dos Trabalhadores Sem Terra - realizado em janeiro de 1984, na cidade de Cascavel, no Paraná - foi fruto do processo que se desencadeou a partir dos marcos de participação das mulheres que citamos aqui. O processo de crescimento da atuação das mulheres na luta pela terra no Brasil, possibilitou a essas mulheres as dimensões da força e potencial de sua formação e organização política, dando - as a base necessária para a sua mobilização para a significativa participação nesse encontro que marca a luta do campo. Nessa continuidade, é importante destacar que

A luta das mulheres desencadeada na década de 1980 pelo reconhecimento de sua profissão como trabalhadora rural é permeada pelo signo da contradição. Ao mesmo tempo em que seu trabalho é considerado como “ajuda” no interior das relações familiares para que se possa cumprir e manter a ordem moral e de autoridade entre o casal, o trabalho feminino é afirmado e positivado publicamente para fomentar as lutas pelo seu reconhecimento profissional (ESMERALDO, 2013, p. 241).

Todos esses são exemplos de como as mulheres estão lutando para ultrapassar o lugar socialmente construído para elas de subalternidade, se integrando às lutas sociais mais importantes da história do país. A luta pela terra no Brasil é inteiramente permeada pela participação das mulheres. Nesta perspectiva, é possível perceber que

Sem dúvida o MST é um dos movimentos que mais mobiliza mulheres para a luta no Brasil. É uma organização que se propõe a reunir famílias para lutar pela terra, por isso as mulheres estão presentes desde os primeiros acampamentos. Mas entre estar presente e participar existe muita diferença (MST, 2010).

No entanto, essa participação ativa faz com que desperte em várias mulheres a consciência de um papel protagonista que desempenham na luta pela família camponesa.

Assim, foi pela luta das mulheres que desde o seu surgimento na década de 1980, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se posicionou diante das relações sociais desiguais de gênero.

### 3.3 O Protagonismo Político das Mulheres Rurais no Movimento

As manifestações ocorridas na década de 1970 e 1980, foram organizadas por operários e trabalhadores rurais, progressistas da Igreja Católica, partidos de esquerda, movimento estudantil, profissionais liberais e professores da academia, todos contra o regime militar e sua condição de estado autoritário brasileiro. Dessa forma,

O protagonismo das mulheres na luta pela terra, portanto, é também uma das dimensões do Movimento Sem Terra. Entretanto, o papel que vêm desempenhando ao longo do processo histórico na luta pela terra no MST e as relações de gênero constituem-se em avanços, mas, contraditoriamente, em recuos, haja vista que as mulheres em luta buscam também sua inserção nas práticas sociais para a conquista da igualdade de gênero, seja nos espaços da luta social, do trabalho, quanto da política e isto não se configura facilmente (ALMEIDA, 2017, p. 198).

A formação política dirige-se para a compreensão das adversas condições de vida e a aplicação das leis, tais como o Estatuto do Trabalhador Rural e Estatuto da Terra, e desencadeia a organização de grupos de trabalhadores rurais para realizarem oposição sindical, comporem chapas sindicais e participarem das suas eleições. Mulheres camponesas tomam assento nesses espaços e, na década de 1980, ingressam em partidos políticos, participam das atividades das centrais sindicais e reivindicam lugares de participação da mulher na luta política.

Nesse contexto, vale apenas lembrar das mulheres trabalhadoras rurais da Paraíba, como Elizabeth Teixeira, Margarida Maria Alves e Maria da Penha Nascimento, as conhecidas como “Margaridas”. Estas mulheres destacam-se na luta contra o latifúndio, na exploração do trabalho, na organização dos trabalhadores, pelo acesso à terra, à educação e à participação das mulheres. Segundo Esmeraldo (2013) são lideranças que assumem a presidência de sindicatos rurais e revelam-se na região e no país como ícones da luta pelo direito de organização sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais.

A autoridade soberana do homem no campo político, começa a ser problematizada e questionada quando as mulheres se opõem e revelam as leis orientadoras das regras que regem a entrada de sujeitos sociais no espaço político, como por exemplo, a **Cota Eleitoral de Gênero (lei 9.504/97)** que estabelece a obrigatoriedade no mínimo de 30% de candidatas

do gênero feminino dentro dos partidos. Elas buscam a transformação de seu trabalho nos roçados afirmando a existência de componentes de força produtiva nessas atividades; introduzem o debate sobre o direito à autonomização na sua representação como trabalhadoras, descolando-se de seu papel subordinado na relação familiar e reivindicando direitos de cidadania junto ao poder estatal ao exigirem o acesso a políticas previdenciárias.

Nesse sentido, as mulheres camponesas têm se mobilizado para denunciar a discriminação e maus-tratos a que são submetidas, assim como a participação na política, construindo novos espaços na luta social, e de empoderamento. Nesse sentido empoderar-se é ter confiança e autoestima, é a capacidade para expressar as próprias ideias; ter liberdade de ir e vir para além da casa e da roça, dos cuidados para com os filhos, com a horta e os animais, que são espaços tidos como da mulher (ALMEIDA, 2017, p. 194).

A noção de empoderamento feminino exprime a ideia de que as mulheres podem decidir sobre sua própria vida nos espaços públicos e privados, bem como exercer poder nos espaços em que são tomadas decisões acerca das políticas públicas e de outros acontecimentos, relativos aos rumos da sociedade e que interferem direta ou indiretamente sobre os seus interesses.

Segundo Giuliani (2015), as mulheres têm contribuído para a efetivação de algumas transformações importantes, como, por exemplo: a politização do cotidiano doméstico, o fim do isolamento das mulheres no seio da família e a definitiva integração das mulheres nas lutas sociais. São várias posições já alcançadas pelas mulheres, realizando o empoderamento feminino.

No Brasil, a noção de empoderamento é utilizada inicialmente na década de 70 do século XX, com os movimentos sociais e, posteriormente, passa a ser utilizada pelas Organizações Não Governamentais.

Para Romano (2002), o empoderamento é visto como estratégia de combate à pobreza, uma vez que a pobreza é considerada um estado de desempoderamento, principalmente quando se analisa grupos mais vulneráveis como mulheres, idosos e crianças. Dessa forma, o empoderamento dos pobres e das comunidades viria a ocorrer pela conquista plena dos direitos de cidadania.

De acordo com reflexões de Gohn (2004), a categoria não tem caráter universal, podendo referir-se a ações de impulso a grupos e comunidades na qual se busque a efetiva melhora de suas existências e também pode referir-se a práticas de assistência a populações carentes e excluídas. Dessa maneira,

Nos movimentos sociais em que predominam homens, há dificuldades de participação das mulheres e isso se agrava quando elas são jovens. A diferença de gênero e geração no interior dos movimentos define padrões de comportamento, reforça as relações de poder e cristaliza os valores e as hierarquias sociais (SALES, 2010, p. 437).

Ao que tudo indica, a atuação mais efetiva dos homens está voltada à realização objetiva das questões econômicas, tendendo a arrefecer com a conquista da terra e a formação dos assentamentos. A positividade desta conquista para o movimento como um todo é obviamente incontestável, porém, pode também se converter numa regressividade tendo em vista a retomada das relações hierarquicamente estruturadas, sobretudo para as mulheres que experimentam, neste processo, o retorno à antiga condição de seres submetidos à dominação patriarcal.

É neste momento que as mulheres, ou pelo menos parte significativa delas, tomam a decisão de não aceitar esse retrocesso e passam a lutar no interior do movimento pelo reconhecimento de seu papel fundamental em todos os momentos de afirmação da luta, ou seja, são as mulheres que vêm impondo uma necessária autocrítica permanente ao movimento como um todo.

Todavia, é no dia 8 de março de 2006 que suas ações ganham expressividade nacional, quando cerca de 2000 mulheres militantes das várias organizações<sup>2</sup> que compõem a Via Campesina no Brasil, ocuparam o Horto Florestal da Aracruz Celulose, em Barra do Ribeiro, Rio Grande do Sul.

Nessa medida, o movimento de mulheres da Via Campesina não só confirma a radicalidade da prática de ocupação que vem distinguindo a luta pela reforma agrária do MST, desde a sua mais remota origem, como parece constituir uma singularidade ainda mais instigante.

Trata-se, pois, de um movimento amplo, crescente e muito articulado de mulheres trabalhadoras, acampadas, assentadas, camponesas, operárias, comerciantes, comerciárias, ambulantes, artistas, estudantes, mães, solteiras, casadas, hetero e homossexuais, africanas, indígenas, europeias, orientais, católicas, protestantes, evangélicas, judias, espíritas, mães de santo<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup>MST - Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra, MPA – Movimento de Produtores Agrícolas, MAB – Movimento de Atingidos por Barragens, MMC – Movimento de Mulheres Camponesas e MTD – Movimento de Trabalhadores Desempregados.

<sup>3</sup>Além disso, é importante ressaltar que tem sido cada vez mais expressiva a quantidade de mulheres do MST e da Via Campesina provenientes do meio urbano, muitas das quais oriundas das condições mais degradantes das periferias. O fato, portanto, exige uma compreensão mais rigorosa do significado expresso hoje pelos movimentos sociais pautados na luta pela terra.

Todas essas mulheres, cuja perspectiva de classe potencializa seu poder de crítica e autocrítica, de desafiar os avanços absolutamente destrutivos do capital, de enfrentar os destacamentos do Estado e das milícias paramilitares, cuja cumplicidade vem comprovando a incompetência e os limites das instituições democrático-burguesas, que só podem lhes prometer as ilusões do direito formal. Todas, mulheres que parecem dar um salto ontológico em direção à emancipação ao exigir a construção de uma sociabilidade que seja efetivamente capaz de realizar a igualdade substantiva. Todas elas potencializam o que possa haver de específico e trazem luz aos gravames irreversíveis das contradições que, de modo mais amplo, habita a relação atual do capital com o mundo do trabalho.

### **3.4 O Direito da Mulher à Terra no MST**

Ao observarmos todo o contexto histórico da luta pela terra, por um reconhecimento, percebe-se que as mulheres sempre estavam presentes, de uma forma ou de outra, contribuindo para obter a posse da terra. Com a criação do Movimento das Mulheres Rurais na década de 1980, ocorreram duas grandes reivindicações através desse movimento: a inclusão de mulheres nos sindicatos e a extensão dos benefícios de seguridade social. Dessa forma, as mulheres passaram a ter o direito a licença-maternidade paga e a aposentadoria para as mulheres trabalhadoras rurais.

No entanto, durante a metade dessa década, com o sindicato filiado à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), se estabelece que de cada família poderia ser membro dos sindicatos apenas uma pessoa. Nesse caso seria o homem, chefe de família, como um dos dilemas exposto ou um ditado da sociedade, que o chefe da casa é o homem, nesse caso a mulher não tinha o direito de ser representante? Porque só o homem deveria representar? Isso me faz lembrar Mirian Grossi quando que “raramente as mulheres eram chamadas para assumir lideranças políticas, quando se tratava de falar em público elas sempre eram esquecidas”. Segundo a autora, as mulheres eram raramente consideradas como trabalhadoras da agricultura, seu trabalho não era valorizado tanto como trabalhadoras assalariadas temporárias como também como trabalhadoras de família não gratificadas.

Ligia Albuquerque e Isaura Rufino (1987) relatam sobre o argumento dos representantes dos sindicatos, que as mulheres uma vez dependentes do seu marido não necessitavam fazer parte do sindicato, pois elas tinham seus benefícios garantidos. A este respeito os estudos de Deere (2004) revelam que a

Discriminação contra a mulher era tal que os funcionários do INCRA tomaram por certo que mulheres sem marido ou companheiro eram incapazes de administrar uma gleba, a menos que elas tivessem um filho maior, e não era incomum para mulheres que enviuvavam com crianças pequenas perderem seu direito a permanecer no assentamento de reforma agrária. Além disso, quando o filho mais velho da viúva era nomeado beneficiário, ela algumas vezes perdia o acesso à terra quando ele casava e formava sua própria família (DEERE, 2004, p. 184).

Ao observar toda a trajetória do MST e o papel ocupado pelas mulheres em todo seu contexto histórico, percebe-se que as mesmas vêm ocupando um espaço dentro desse movimento cada vez mais, conquistando seus ideais, lutando por seus direitos e direitos de todos, aposentarias, Bolsa Família, ingresso nas faculdades, dentre outros. Mesmo ainda existindo muitos tabus a respeito da posição da mulher e os preconceitos ainda enfrentados por elas, as mulheres atualmente possuem um papel muito importante, tanto dentro do movimento do MST, como em várias outras áreas no mundo. Dentro do Assentamento Oziel, que retrataremos no próximo capítulo, encontramos algumas dificuldades ainda enfrentadas por elas, mesmo sendo um assentamento meio pequeno, mas com uma boa infra-estrutura, ainda existe uma certa dificuldade de representatividade para as mulheres. Em questão de cargos ocupados, algumas mulheres possuem uma posição de secretária ou tesoureira, contudo, até hoje não chegaram a uma posição de representante do assentamento.

Em todo o contexto histórico vemos que as participações das mulheres foram fundamentais para o crescimento e desenvolvimento do MST, e que durante as lutas elas sempre estiveram presentes. Para uma organização nos trabalhos rurais no movimento sem-terra, precisaria de um trabalho coletivo, onde houvesse tanto a participação das mulheres como dos homens e que as participações de ambos fossem em todos os níveis. Sabemos que as mulheres têm tido uma visibilidade dentro do movimento, e muitas vezes estão na linha de frente, nos confrontos com as polícias, com os fazendeiros, etc.

Em seus anos iniciais, o MST deu pouca importância a essa questão, mas ao observar o contexto histórico percebe-se a importância da mulher em todas as áreas do movimento. Assim, é possível compreender que é

Desde a formação do movimento que as mulheres protagonizaram papéis estratégicos para o fortalecimento das lutas do MST. Mulheres lideram trabalhadores em ocupação de terra; formam barreiras com as crianças nos embates e enfrentamento com policiais, milícias privadas e jagunços; participam de marchas pelas estradas brasileiras; organizam ocupações de prédios públicos; compõem comissões de reivindicações junto ao poder público; deslocamento de lugares de origem para liderarem a criação do Movimento em outros territórios; viajam para outros países para representarem o MST; participam de eventos internacionais, para a construção de movimentos de caráter internacional com a Via Campesina, dentre outros (ESMERALDO, 2007, p. 10).

Na fala apresentada pelo autor, fica perceptível a importância da atuação das mulheres para o MST, sendo que este movimento em suas normas internas afirma a igualdade de direitos entre o sexo feminino e masculino. No entanto, no que diz respeito a real representação da mulher no MST, surgiram algumas indagações relacionadas ao efetivo reconhecimento do MST do papel da mulher para o movimento.

O que muitas vezes ocorre sobre o papel da mulher no assentamento, é que ao se tratar de movimentação e ocupações de terras, as mulheres sempre estão envolvidas, obtendo uma representatividade dentro do movimento. Mas, ao conseguirem o direito da terra acabam ocupando os serviços domésticos, sem nenhuma representatividade dentro do assentamento e muitas vezes sem direito de opinar.

Como a luta pelos direitos à terra foi atendida como uma questão de coletividade, existia pouco espaço para a discussão dos direitos individuais das mulheres à terra. Neste sentido, Almeida (2017) relata que

A luta das mulheres camponesas é notadamente por direitos e por uma vida digna no campo, é, sobretudo, uma luta por espaços democráticos de participação e organização das trabalhadoras do campo, como um movimento classista, porque elas compõem a classe trabalhadora e buscam relações de igualdades em uma sociedade tão desigual tanto para a classe quanto para as mulheres (ALMEIDA, 2017, p. 197).

A mulher desempenha um papel fundamental para o MST, no entanto, o reconhecimento da importância da mulher para o MST, passa por transformações, diferente do que estabelece os objetivos fundamentais do MST, que é pautado na igualdade de gênero.

O MST reconhece através dos seus discursos e de sua Norma Geral, mais precisamente no artigo 6º, a importância das mulheres para o movimento e inibe qualquer prática de discriminação contra as mesmas.

Na pesquisa de Almeida (2017) sobre *Práxis Política do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)- TO: Trajetória de Organização e Formação Política*, chama atenção o final de um dos subtítulos quando se afirma “ [...] **herdeiros da luta pela terra**”. Quando se diz “herdeiros” logo implica que são indivíduos que passaram a ter posse de um bem. Observa-se no título que a herança pelo qual o povo recebeu, vem de uma luta enfrentada pelos mesmos para serem alcançada. Ao deparar com as leituras sobre o MST, nota-se que nestas lutas, nas mobilizações que ocorreram e ocorrem no movimento, as mulheres também estão presentes, e encontram-se muitas na linha de frente. Independente em que espaço ou área elas estejam, as mesmas se encontram no movimento ajudando de alguma forma para sua melhoria e seu melhor desempenho. Sobretudo como mulheres trabalhadoras,

meeiras, posseiras, acampadas, assentadas, camponesas, mães, solteiras e casadas, todas elas lutaram e lutam pelo mesmo objetivo como todos os outros. Sendo assim, elas também têm o direito de serem herdeiras da terra.

#### 4 ASSENTAMENTO OZIEL ALVES

**Figura 1:** Mapa do Assentamento Oziel Alves (desenhado pelos próprios moradores).



**Fonte:** Alessandra da Conceição Morais (2019).

O presente capítulo retrata sobre uma pesquisa em um assentamento do MST, o Assentamento Oziel Alves, que é localizado na BR 335, na altura de 6 quilômetros, na estrada de São João do Paraíso - MA, próximo ao povoado Coité, um pequeno município da cidade de Porto Franco - MA. O intuito é buscar compreender qual a participação da mulher na organização do assentamento, procurando entender assim a questão do gênero no MST. Neste sentido, busca-se compreender se as divisões de trabalho e organização do assentamento se diferenciam de acordo com o sexo, onde os homens têm mais participação e oportunidades que as mulheres. Objetiva-se buscar esclarecimentos maiores em relação a participação das mulheres no MST, procurando compreender se estas mulheres apenas estão presentes nesse movimento, ou se elas possuem alguma participação no mesmo.

Através das entrevistas realizadas, será possível perceber como se dá a questão de gênero no Assentamento Oziel, identificando estas relações no que diz respeito as reuniões que acontecem nesse movimento. Dessa forma, será imprescindível buscar entender quais fatores impedem que as mulheres participem das discussões, pois, esse levantamento é extremamente importante para o esclarecimento das principais questões que envolvem esta pesquisa. O Assentamento Oziel é um lugar que envolve diversas questões importantes, mas, este trabalho será pautado na questão de gênero no MST.

#### 4.1 A Geração do Assentamento Oziel Alves

Como pautado nos capítulos anteriores, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), é um dos mais importantes movimentos sociais do Brasil, tendo como um dos seus objetivos as questões do trabalhador no campo e sendo um dos seus principais objetivos a reforma agrária brasileira. “A organização do MST enquanto movimento social começou nos anos 80 do século passado e de lá para cá conseguiu ampliar sua presença estando presente em 24 Estados da Federação” (MOVIMENTO, 2016). Neste sentido,

Os objetivos do MST para além da reforma agrária estão no bojo das discussões sobre as transformações sociais importantes ao Brasil, principalmente aquelas tocantes à inclusão social, sendo que, se por um lado existiram avanços e conquistas nesta luta há muito ainda por se fazer com relação à reforma agrária, assentamentos e infra-estrutura disponível às famílias já assentadas (MOVIMENTO, 2016).

É importante compreender que, logo após um acampamento se tornar assentamento, não quer dizer que a luta acabou. A partir disso, ainda existem sérios desafios a serem vencidos, como uma boa organização dentro assentamento, uma boa estrutura referente a água encanada, rede de energia, escolas, estradas em boas condições para se locomoverem, transportes escolares e etc. Ou seja, um assentamento com uma estabilidade para os seus moradores.

Nesta pesquisa trago alguns relatos de mulheres do Assentamento Oziel que estiveram presentes no movimento desde o seu surgimento.

A imagem abaixo mostra o Assentamento Oziel como é atualmente, um assentamento estruturado com uma boa estabilidade, com ajuda da organização política interna do próprio assentamento e com a ajuda da política do município de Porto Franco-MA.

**Figura 2:** Mapa do Assentamento Oziel Alves



**Fonte:** <https://www.google.com/maps/place/Porto+Franco,+MA,+65970-000/@-6.3479228> (Acesso em 20/10/2019).

Meu primeiro contato no assentamento como pesquisadora, foi em março de 2016. Como já tinha amizade com alguns moradores, me encontrei logo com a Dona Francisca, a qual me passou algumas informações a respeito do assentamento e do seu modo de vida. A partir disso, ela me encaminhou para todas as outras mulheres que estavam presentes desde o início do movimento, ao chegar nas residências, eu me apresentava e começava a adquirir algumas informações. Ao passar alguns dias voltei novamente para coletar mais dados em relação a estrutura, a estabilidade, a quantidade de famílias morando dentro do assentamento, ao representante e ainda visitei mais algumas residências.

Retornei no início do ano de 2019 para dá continuidade com a pesquisa, por meio de entrevistas, fotos, relatos e expressões faciais. Nesse período, encontrei o assentamento em melhores situações, tanto ao meu ver, como nas falas das entrevistadas que revelaram que a cada o assentamento tem melhorado.

O assentamento tem cerca de 17 anos de existência, surgiu ainda como acampamento em 04 de junho de 2004. O MST convocou uma reunião e decidiram realizar sua primeira ocupação na Fazenda Santa Maria. Segundo dona **Francisca Silva** - conhecida como **Chiquinha (entrevistada)**, que está presente no movimento desde o início em 2004 - eles passaram ali apenas 2 dias, na primeira ocupação. Após saírem da fazenda **Santa Maria**, foram para o **INCRA**, mas não conseguiram o que objetivavam. Então voltaram e ficaram na “beira da estrada” por 1 ano, logo depois ocuparam a fazenda **Divino Garcia**, ao passarem um período ali voltaram novamente para o **INCRA**. Durante esse período, até se encontrarem no local atual, o movimento era liderado por três representantes: Rubens Antônio Nascimento, Dantas e Danilo. Esta população passou por muitas dificuldades e sofrimentos. No decorrer da trajetória, Danilo e Dantas saíram da representatividade do movimento e ficou apenas o Sr. Rubens Nascimento.

Logo após esse período, o INCRA os levaram para o local onde se encontram atualmente, na BR 335. Comecei a ter contato com os mesmos através da escola e da igreja. A partir dessa mudança, eles passaram de acampamento para assentamento, se tornando famílias assentadas. Foi implementado no local em 2005, com 29 famílias que faziam parte do movimento quando ainda era chamado de acampamento, mas, permanecem até hoje apenas 22 famílias, depois que se tornaram assentados. Porém, o assentamento contém cerca de 30 famílias dentro do local, tanto as que fazem parte do movimento, como as famílias que compraram lotes dentro dessa área. Esses lotes foram vendidos pelos proprietários para a população vizinha.

**Figura 3:** Estrada para o Assentamento Oziel.



**Fonte:** Alessandra da Conceição Morais, (2019).

No início do seu surgimento, a estrada para se chegar até o local, era extremamente ruim, estreita, com tocos e buracos. Ao olharmos para a imagem vemos uma linda rodagem em perfeitas condições. Porém no início, até mesmo para a SAMU, era muito complicado adentrar o local. Atualmente, com a ajuda da prefeitura do Município de Porto Franco, a estrada já abrange a passagem de carros pequenos, motos e caminhões.

Em 2010 foi decretado por lei que os *acampados* passariam a ser *assentados*. O nome dado ao antigo acampamento passou a ser Assentamento Oziel Alves, nome este, escolhido pelo representante Rubens Nascimento.

Segundo a entrevistada Nilsa Carvalho relatou:

Muer, eles escolheram esse nome por causa de um rapaz que era militante. Representava aquelas pessoas que já mataram no confronto, num tem aquele assentamento que botaram o nome de um padre que mataram no confronto? (Entrevistada, NILSA CARVALHO, 2019).

A fala da entrevistada nos mostra a questão do respeito - e das homenagens - que os povos do movimento têm por todos que estão na frente lutando por melhorias. Por exemplo, a mesma respalda sobre o “assentamento Padre Josimo que também morreu no movimento e recebeu um assentamento com o seu nome em sua homenagem”.

A imagem abaixo mostra o centro do assentamento com as duas ruas, a que está na direção da esquerda e direita é a Av. Da Paz, e a principal que desce em direção aos postes de energia, é a rua Salete Moreno.

**Figura 4:** Centro do Assentamento Oziel Alves.



**Fonte:** José Paulo Ramalho de Araújo (2019).

O assentamento é um pouco pequeno para os moradores, mas, já possui sua estrutura com casas, roças, unidade escolar, igrejas e comércios, pois os habitantes que lá se fixaram já são famílias assentadas. Ao chegarem ao local, como eles me relataram, enfrentaram vários problemas e dificuldades para obter um bom resultado. No início, suas moradias eram construídas de tábuas ou palhas e tinham pouca segurança. Os moradores também não tinham acesso a transportes, e até mesmo para os alunos estudarem era difícil porque não tinha como eles se locomoverem até a cidade. Com o passar do tempo tudo foi mudando e, hoje em dia, os moradores já possuem acesso a transportes e vivem em casas mais resistentes.

O representante atual deste assentamento continua sendo o Sr. Rubens Antônio Nascimento, ele é o responsável para resolver os problemas, ele tem o direito de auxiliar o assentamento. O mesmo me relatou em uma entrevista, que “além de muitos problemas enfrentados e objetivos já conquistados não desistimos de lutar por mais melhorias de vida de nossa comunidade e já estamos lutando juntos com todos os moradores, homens e mulheres para ser construído um posto de saúde dentro do assentamento” (2016, 06.15).

Atualmente podemos encontrar dentro do Assentamento Oziel: 2 igrejas de religiões diferentes, uma católica e uma evangélica. A católica tem por nome São João Batista, que existe já há 7 anos, foi fundada em 2009 e contém cerca de 10 fiéis. A evangélica é da denominação da Assembleia de Deus, foi fundada em 2003 e contém 13 fiéis. O assentamento é contemplado também por uma escola pública com duas salas, aulas ministradas a partir da creche ao 5º ano, funcionando apenas pelo turno matutino. O assentamento possui 2 poços artesianos e rede de energia elétrica. O mesmo se encontra com 2 ruas, sendo que uma tem um nome colocado por Dona Ledí e a outra é em homenagem a uma mulher militante que morreu no movimento:

Os nomes das ruas, daquela casa aculé que desce pra casa da chaga era de uma mulher que era militante também, que ela morreu e colocaram o nome dela de Salete Moreno, e daqui foi eu mesmo que escolhi esse nome, Rua Av. da Paz, escolhi por que achei bonito (Entrevistada, LEDÍ 2019).

Na fala da entrevistada, percebe-se que estas são atitudes de afeto e respeito por aqueles que estiveram na linha de frente. É citado não só o caso da mulher militante, mas também do Padre, como já mencionado, são pessoas que morreram no movimento e hoje têm seu nome em uma das ruas do Assentamento Oziel.

#### **4.2 A Luta pela Terra**

A luta pela terra é um fato histórico em todo o mundo, presente até mesmo nas civilizações antigas. No Brasil, a disputa por terras começou em 1500 entre portugueses e nativos. O processo de distribuição de terras, adotado pela Coroa Portuguesa no Brasil, criou as origens do problema da concentração fundiária. Em 1970 é criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) para tratar da questão agrária. Com o fim da Ditadura Militar em 1985, o presidente José Sarney aprova o Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA). A partir daí a Reforma Agrária passa a ser uma das prioridades no contexto da política de desenvolvimento do país, visando atender a população de baixa renda.

Pode-se afirmar que a ação das mulheres foi muito importante para o movimento desde os fins dos anos 70, pois nesta época a luta pela terra deixa de ter um caráter apenas masculino e passa a envolver contingentes de famílias inteiras. Os integrantes do MST recebem como orientação a igualdade entre os gêneros, buscando-se o reconhecimento das mulheres nas áreas como produção, educação e economia. Contudo, a maioria das lideranças do MST ainda são homens, estando o gênero associado à ideia de força.

Em seu livro, “Subjetividade e gênero no MST” Melo (2010), relata que uma das resoluções discutidas e aprovadas no I Encontro Nacional dos Assentados pelo MST, ocorreu no que diz respeito ao posicionamento da mulher assentada. Com essa resolução, se percebe que a preocupação com as relações de poder e questões de gênero estavam começando a ganhar força nas pautas dos problemas a serem resolvidos. Ainda no mesmo livro, Melo (2010) aponta que:

Já em 1986, depois de dois anos após sua fundação oficial, as mulheres trabalhadoras rurais assentadas pelo MST, denunciam falhas na busca de superação de antigos preconceitos que impedem a conquista de relações igualitárias mesmo nas áreas influenciadas pelo movimento (MELO, 2010, p.120).

Mesmo com alguns problemas resolvidos, ainda existiram preconceitos com a forma de igualdade, mas tentaram contornar o problema. A importância da mulher na luta pela terra está no trabalho cotidiano por ela realizado, que vai desde a labuta na terra (no caso dos assentamentos) e no trabalho de casa, até a militância política.

As entrevistadas relataram a respeito de suas trajetórias, de uma forma em que deixaram transparecer o quanto elas sofreram para poder chegarem onde estão, as dificuldades enfrentadas para possuírem a terra:

Enfrentamos muitas dificuldades, são tantas! Enfrentei polícia, fazendeiros, corríamos com medo da polícia outra hora era a polícia que corria com medo de nós ... (risos)! Fazia barracos e ao mesmo tempo tinha que desmanchar pra mudar, era uma correia, mal dormia, fazia barraco e mudava barraco (Entrevistada, GENILDA COSTA, 2020).

Observa-se na fala da entrevistada o medo e a tristeza ao lembrar do passado. Mesmo soltando um sorriso ao lembrar dos policiais, ela abaixou a cabeça no momento em que falou sobre muitas vezes não dormir a noite, demonstrando assim a insegurança e o perigo que passavam naquele tempo. Porém, hoje ao lembrar, vê que está bem melhor do que antes.

Tive que deixar meu marido doente, meus filhos e viajei para o movimento, para conseguir a terra. Ganhava apenas R\$ 30,00 do bolsa família. e com esse dinheiro comprava alguns remédios para meu esposo, comida para os filhos e o que sobrava pagava a viagem de volta para o movimento. E muitas vezes nem sobrava e eu tinha que pegar carona para poder ir, mas hoje me alegro pois tenho na mão a declaração da minha terra (Entrevistada, NILSA, 2020).

No momento em que dona Nilsa estava relatando, deu uma pausa, respirou fundo e continuou a falar. Nesse momento falava sobre o esposo que teve que deixar mesmo doente, demonstrou nessa hora que mesmo em uma situação delicada não desistiu da terra e enfrentou

suas dificuldades. Ela me chamou e me apresentou com muita alegria o seu esposo, atualmente com saúde, e ela afirmou que valeu a pena toda luta.

No primeiro momento em que estive no assentamento não como pesquisadora, ainda quando era acampamento, já tinha amizade com alguns moradores, mantínhamos contatos na escola e na igreja. Ainda lembro dos barracos, o início da construção do assentamento, das dificuldades enfrentadas para conseguirem água e o preconceito a respeito deles, as acusações sobre latrocínio e até mesmo a falta de confiança das comunidades vizinhas sobre os povos Sem - Terra.

Segundo com o que elas me relataram também era assim e muitas vezes pior quando estavam na beira da estrada, nas fazendas, o medo, as dificuldades eram bem maiores.

São tantas que não sei nem como te contar (pausa), a primeira é que eu era sozinha, enfrentamos policiais, fazendeiros, no Divino Garcias a polícia ia todo dia, teve uma vez que estávamos do lado de um brejo, acredita que a polícia passou uns dois dias do outro lado esperando um movimento nosso rrsrs, passávamos noites sem dormir, ficava com a luz apagada por causa dos pistoleiros (Entrevistada, FRANCISCA SILVA, 2020).

Em contraposição a essa violação de direitos sociais, os trabalhadores rurais criam e recriam seu modo de resistir e lutar pelos seus direitos, desde ocupações até resistência por meses, ou mesmo anos, na terra, muitas vezes em acampamentos ou casas improvisadas. Como o povo do Assentamento Oziel quando sendo ainda acampados “passaram apenas dois dias em uma fazenda e logo tiveram que sair do local” (LUZIA, 2019).

Nessa comunidade, segundo alguns moradores, também habitam pessoas um pouco melhor de condições financeiras do que as outras, o que se afere, por exemplo, no fato de alguns assentados possuírem casas em outras cidades e ainda assim insistirem em morar ali. Apesar disso, constata-se que a maioria absoluta de pessoas morando ali não possuem outros meios de subsistência nem de moradia. Podemos perceber que, com a publicação do caderno de formação “A Mulher nas diferenças sociedades”, o MST entende que, com tantas dificuldades que os/as trabalhadores/as vinham enfrentando, a alternativa capaz de reverter essa subordinação seria,

Lutar para a implantação de uma nova ordem social que organize essa sociedade de uma nova maneira, diferente da anterior onde cada pessoa tenha assegurados os seus direitos de cidadania, onde todos tenham assegurada a satisfação de suas necessidades básicas de educação, moradia, trabalho, saúde e lazer. Onde sua dignidade como pessoa seja resgatada. Onde o interesse comum prevaleça sobre o individual. Onde o produto do trabalho seja revertido para o bem de todos. Onde a

discriminação de qualquer espécie seja abolida, seja ela de cor, de idade, de categoria profissional ou de sexo (MST, 1990, p.16).

Segundo a citação acima, o motivo da luta é em busca de uma nova sociedade, onde cada pessoa tem seus direitos, seja ele independente de cor, raça, cultura ou gênero, e sexualidade, pois a diferença não pode justificar a desigualdade. Na roça, na cozinha, na assembleia, no acampamento, no enfrentamento com a polícia, no tratar dos filhos doentes, na conversa no terreiro, no cuidado com a horta, todos esses momentos, espaços e lugares fazem parte da construção do trabalhador e da trabalhadora rural.

As lutas pela conquista da terra são geradas em torno da existência de uma identidade social, uma situação de vida que é vivida por todos os assentados. É essa igualdade que os fazem se reconhecerem como atores de uma mesma realidade, e que ao olhar o passado percebe-se que enfrentaram dificuldades semelhantes, lutando pela tentativa de tornar possível o resgate de suas raízes e tornar real os seus sonhos de uma vida mais digna não só para si mais também para as suas descendências. São homens e mulheres vindos de muitos lugares como Imperatriz-MA, Ribamar Fiqueni- MA, os quais despertaram e saíram do seu aconchego. Em busca por um futuro melhor e mais digno, tornaram-se sujeitos sociais coletivos, modificando a sua história e da sociedade, deixando suas marcas para sempre na história.

### **4.3 Organização Política do Assentamento Oziel Alves**

Ao falarmos sobre as organizações que ocorrem dentro dos acampamentos e a participação das mulheres nas áreas políticas, nos remete a fala de Rua e Abramovay (2000) sobre o protagonismo das mulheres dentro dos acampamentos, ao falar que as mulheres atuam em diversas funções dentro dos acampamentos como nas construções e nas desmontagem dos barracos também nas áreas administrativas como coordenação e direção ou seja, as mulheres estão presentes não só nos trabalhos domésticos mas na linha de frente do movimento.

A participação das mulheres nos acampamentos, segue a lógica apresentada pelas pesquisadoras Rua e Abramovay (2000), quando dizem que as mulheres atuam em várias funções nos acampamentos, incluindo na construção de “barracos”, na coordenação e na direção, funções estas não restritas apenas ao espaço doméstico.

A organização cooperativa é entendida como uma forma de organização do trabalho e da produção, cujo objetivo é expressar, enquanto resultados concretos, a sua própria viabilidade socioeconômica e o processo de gestão político - territorial em pauta.

As relações de gênero no interior de produções subjetivas em acampamentos e assentamentos do MST são muito significativas no conjunto dos discursos e práticas que as constituem.

Nos primeiros anos de 1980, ocorreram várias reuniões de estudos e discussões entre lideranças do MST que, entre outras coisas, registraram em seus relatórios que a “pouca” participação feminina era um problema que o Movimento precisava resolver. E em um ir e vir de teorias e práticas recortadas e reconstituídas os investimentos feitos na perspectiva de resolver essa questão acabaram aparecendo nos acampamentos e, principalmente, em assentamentos ao longo dos anos (MELO, 2004, p. 270).

A organização do Assentamento Oziel se dá por um órgão chamado “associação”, órgão este que existe em todos os assentamentos, é um meio de manter uma organização melhor do mesmo. Esta “associação” é composta pelo presidente do assentamento, secretárias e tesoureiras e a alguns moradores da comunidade. Para entrar na associação tem que pagar uma taxa de R\$ 6,00 que, segundo alguns moradores e até mesmo o representante do assentamento relataram, essa taxa mensal é para ser aplicada no assentamento ou em viagens do mesmo para ir para as reuniões do INCRA ou em busca de melhorias do assentamento. Segundo uma das entrevistadas,

A organização ocorre através da associação. Energia, água, conseguimos através dela, a pessoa faz a inscrição a partir de 20 reais e fica pagando 6 reais por mês. O dinheiro serve para as viagens que o representante faz em benefício do assentamento (Entrevistada, GENILDA, 2020).

A entrevistada Dona Francisca Silva fala sobre sua indignação a respeito da associação: “Eu vou lá dou o dinheiro e não vejo nada acontecer”. Já a Dona Luzia Sousa relatou dois momentos de organização da associação do assentamento, o período em que ele era acampamento e agora depois de assentados. Ela afirma que: “Tinha 3 coordenadores e grupos, cada grupo tinha umas 10 famílias mais ou menos, organizávamos as coisas e resolvíamos alguns problemas. Hoje só se reúne na associação para resolver alguma coisa e pronto”.

Muitos moradores não concordam com as decisões da associação, e se caso eles discordarem, o indivíduo não consegue fazer parte desse grupo.

Assim como acontece no Assentamento Oziel Alves - pois nenhuma mulher até hoje não conseguiu ser representante do assentamento - há uma associação que é composta por homens e mulheres, que controla a população, decide quem entra e quem sai. Essa decisão acontece em forma de votação, mas nem sempre as mulheres têm o direito de falar.

Mas, é interessante perceber também que as mulheres, que não ocupam posições de lideranças propriamente ditas, trazem as mesmas questões e reproduzem discursos equivalentes. Dona Rosilene Nascimento que chegou no assentamento já depois da posse da terra, é nora de uma das mulheres do movimento que está desde o início, ela relatou que “na verdade não tem nem organização política”.

Observa-se que uma parte das entrevistadas são revoltadas com a forma de organização sobre a maneira que é aplicado o dinheiro dado pela população para a associação. Falam a respeito da representatividade da mulher sobre a presidência, pois nenhuma mulher chegou a ser representante do Assentamento Oziel. A forma para uma pessoa chegar a esse cargo é por meio de votação “tem um papelzinho que eles fazem, a gente bota o papel na urna que eles fazem é pouca gente mesmo. Eles marcam uma reunião antes para avisar que haverá votação e no dia a gente vai para escolher” (Entrevistada, LUZIA, 2019).

Segundo dona Francisca essa parte de votação ultimamente tem ocorrido apenas em palavras, ela afirma que o presidente atual se encontra há muito tempo no poder. Primeiro por que ninguém quer competir, nenhuma mulher e nem mesmo ela. Ela relatou que uma mulher já se candidatou uma vez e ganhou só um voto e no momento da votação as pessoas apenas disseram “fulano já está mesmo então continua sendo”, com essa fala a maioria que está presente apoiam e continuam sendo os mesmos representantes. No vencimento do último mandato nem teve votação, o próprio presidente se auto convocou novamente e a população apenas aceitou.

Sendo esse um dos motivos de nenhuma mulher ter chegado ao cargo de presidência no assentamento, por não lhe darem oportunidade de falar. As reuniões que acontecem, para votarem em quem vai ser o representante, são sempre ocultas e os homens sempre estão a frente delas, se tornando sempre representantes sem abrir espaços para as mulheres.

Nas reuniões da associação, quando todos os moradores são convocados para estarem presentes, a voz das mulheres não é muito ouvida e quando algumas levantam a voz para falar, por a sua opinião, a sua decisão só é atendida se a maioria aceitar, caso não aceitem, sua proposta não é levada em pauta” (Entrevistada, Francisca, 2016).

A mesma fala sobre a representatividade da mulher dentro do assentamento, que a mulher tem sim sua participação. Por exemplo, em um projeto do governo a criação do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar (PRONAF), no valor de (R\$ 3.200,00), um salário enviado para as mulheres assentadas com o propósito de investimento. A população se reúne e decide no que irá investir esse valor, e logo após 2 anos é devolvido para o Governo (R\$ 700,00). Segundo Francisca, no momento dessas reuniões as mulheres tem a voz, mas as reuniões também ocorrem com a participação do esposo. A mesma diz que tem uma bolsa que vem para o homem no mesmo valor, porém, no momento das reuniões são as mulheres também que ajudam a decidir em que investir esse dinheiro. Até o momento a mesma relata que esse dinheiro nunca veio, no entanto as reuniões e o projeto já foram realizados e estão aguardando a liberação da verba. A maioria acabou decidindo que o dinheiro será investido na plantação de mandiocas.

#### **4.4 A Terra Conquistada**

A vida nos assentamentos é marcada por desafios, lutas que fazem com que homens e mulheres construam uma ampla rede de relações, ora ligando-se uns aos outros, formando grupos de vizinhança, de trabalho que instituem formas de solidariedade, outrora, afastando-se uns dos outros, desfazendo grupos.

Como já mencionado sobre a divisão de trabalho existente dentro do assentamento, é possível perceber que as mulheres ainda realizam seus afazeres de casa e muitas ainda ajudam o esposo na roça. Nesta perspectiva,

[...] Dada essa sobrecarga de trabalho, as mulheres realizam uma jornada contínua, praticamente ininterrupta, com atividades que variam entre as de manutenção da família e as de beneficiamento de produtos para comercialização, feitas no interior ou entorno das residências, e aquelas ligadas diretamente à roça ou à criação de animais (SILVA; PORTELLA, 2006, p. 142).

Conforme apontam as autoras acima, as mulheres realizam os trabalhos da roça, criação de animais e de transformação dos produtos para a prática comercial concomitantemente com os trabalhos da casa.

Durante a minha pesquisa me mantive em contato com a Dona Maria José Saraiva, que não esteve presente desde o início do assentamento. Ela veio fazer parte depois da terra conquistada, a mesma comentou a respeito do seu trabalho dentro do assentamento e revelou que leva uma vida e uma luta como as outras. Trabalhando com mandioca, de onde vem seu

maior ganho e sustento dos filhos, ela também trabalha na roça, mas no momento não estava mexendo.

**Figura 5:** Dona Maria José no trabalho com mandiocas.



**Fonte:** Alessandra da Conceição Moraes (2019).

Relembro-me em um dia de pesquisa que ao chegar na casa de dona Genilda, a mesma estava de saída para a roça com o esposo, tirou um pouco de tempo para me atender, responder algumas perguntas. Ao perguntar sobre a questão da divisão do trabalho, ela se posiciona falando sobre essa questão, que trabalha em casa e depois do almoço deixa filhos e filhas em casa com os netos, e vai trabalhar na roça também, com o marido.

**Figura 6:** Trabalho executado por algumas mulheres.



**Fonte:** Alessandra da Conceição Moraes (2020).

Muitos trabalhadores/as relembram o momento da chegada aos assentamentos. Em suas narrativas, nada parece fugir da memória, como relata dona Ledí “estamos no céu,

enfrentei muitas dificuldades e sofrimento, hoje não”. No caso de Dona Luzia (2019), ela deixa bem claro na entrevista a sua satisfação pela conquista. “Melhorou muito, nós vivia na casa de palha no Salobim<sup>4</sup>, do Salobim fomos pra sede, esse já é o terceiro lugar. Melhorou 100% não, mais 70%... (risos), barraco de palha e lona não usamos mais na casa.” (Entrevistada, Dona Luzia, 2019).

Ao observar a fala da entrevistada, percebemos até mesmo que ela dá uma porcentagem para a melhoria. Como esteve presente no tempo do acampamento, ao olhar hoje para sua situação, consegui perceber a grande alegria que ela tem ao falar nesse tema, pois hoje sua casa é construída, tem água encanada, energia, sua casa é grande com muito espaço e quarto para todos os filhos. A mesma comentou que sua casa foi construída com o dinheiro do seu próprio bolso, e que se sente satisfeita com a melhoria de vida.

Eu estou feliz, passei muitas dificuldades, sofrimento, só trabalhava com medo! Hoje tenho mais não, fomos libertados, éramos presos e humilhados; mulheres choravam e os homens também tinham medo, medo da polícia, medo dos fazendeiros, medo dos pistoleiros, era escuro, sem água, sem energia. Hoje temos rede de energia, luz, água encanada, não sentimos medo, agora conseguimos dormir (Entrevistada, NILSA, 2019).

A maioria das famílias não possui máquinas e equipamentos, principalmente trator para utilizarem na lavoura e, muitas vezes, o preço pago pela produção é baixo, não compensando o gasto. As famílias, nos lotes, se dedicam a produzir para o sustento e para a comercialização. Na agricultura, destacam-se o cultivo dos seguintes produtos: mandioca, milho, feijão e banana. Também possuem criação de animais, como vacas e animais de pequeno porte como: porcos, galinhas, patos que são destinados ao consumo familiar.

**Figura 7:** Plantação nas roças dos moradores assentados.



**Fonte:** Alessandra da Conceição da Moraes (2020).

<sup>4</sup>Nome do local onde moravam.

As imagens acima mostram sobre os investimentos aplicados pelos moradores do assentamento. Dona Ledí, por exemplo, no momento investe na plantação de feijões, milho e bananas. Dona Genilda cuida da criação de gado com seu esposo e Dona Nilsa trabalha com mandiocas, abóboras e feijões.

Nas imagens abaixo vemos o trabalho realizado com as mandiocas e a realização da produção de farinha pela Dona Maria José. Observa-se todo o processo e alguns utensílios para a produção, como as mandiocas de molho e forno onde ocorrerá o processo.

**Figura 8:** Mandioca e a produção de farinhas.



**Fonte:** Alessandra da Conceição Morais (2020).

Em relação às linhas de crédito, a maioria dos/as assentados/as possui pelo menos dois financiamentos: o PRONAF A <sup>5</sup>(Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar) e o PRONAF AC<sup>6</sup>. Este último crédito foi investido no cultivo da mandioca.

A infra-estrutura escolar e saúde é uma questão que deixa muito a desejar no assentamento. Até o presente momento (2020), o assentamento não possui escola a partir da 5ª série. A Escola Oziel Alves Pereira se localiza no centro do assentamento, a mesma atende pelo regime multisseriado com apenas duas professoras na escola para atender as séries iniciais do Ensino Fundamental. As crianças que cursam as séries finais do Ensino Fundamental e os jovens que estão no Ensino Médio, têm de se deslocar até a Escola Estadual

<sup>5</sup>Primeiro crédito para os assentados da Reforma Agrária e participantes do Programa Nacional de Crédito Fundiário é um recurso para investimento destinado à estruturação das unidades produtivas.

<sup>6</sup>Crédito de custeio que varia de 500,00 até 3.000,00 com juros de 2% ao ano, o prazo para pagamento é de até um ano, podendo chegar a dois anos para culturas de ciclo longo.

Fortunato Moreira Neto em Porto Franco, para a Escola, Unidade Escolar Antonio Raimundo de Moura no Povoado Coité, para dar continuidade aos seus estudos. Temos a questão do Posto de Saúde que ainda não tem no assentamento, a comunidade percorre cerca de uns 2km para o povoado Coité, a Unidade Básica de Saúde é responsável para os atenderem.

Eis aqui uma das falas que mostra com muita clareza o desespero, o medo, o sofrimento, a mudança de um povo, de uma população. A fala de dona Nilsa Carvalho deixa bem claro os benefícios, as melhorias, o bem que traz um acampamento se tornar um assentamento, no momento da fala se expressa com dificuldade, deve ser por causa da idade? Não. Uma senhora de 67 anos, casada e mãe, mais ainda com força, garra e um belo sorriso no rosto, sempre deixou exposta nas falas a demonstração do que já passou para ter a terra e a sua felicidade por ter conquistado.

O Assentamento Oziel ganha seu nome, seu espaço, seu mérito, sua vitória e como lei, ganha uma terra separada chamada de reserva. Esse espaço é por lei que tem que existir, é um espaço que segundo eles tem que ser preservado, é uma área do IBAMA ou do INCRA, não pode ser dividida, derrubada ou ocupada, segunda dona FRANCISCA (2020) “os assentados tem por obrigação protegê-la”.

**Figura 9:** Reserva (200 Hectares).



**Fonte:** <https://www.google.com/maps/place/Porto+Franco,+MA,+65970-000/@-6.3479228>, > (Acesso em 20/10/2019).

A reserva fica cerca de 2km de distância do assentamento, o local foi escolhido pela própria população. É uma área em torno de 200 hectares de terra preservada. Observando a imagem percebe-se a existência de uma área grande bem escura, esse local a chamada reserva,

passa por uma estrada e logo após há uma fazenda, essa fazenda é privada, não faz parte da reserva nem da área do assentamento.

A reserva foi ameaçada em outubro de 2019 pelas comunidades vizinhas, algumas pessoas do Povoado Coité, povoado este que fica a cerca de uns 2km de distância da mesma e de Porto Franco que fica a cerca de uns 6 km de distância. Essas pessoas se reuniram e planejaram ocupar a reserva. Dona Luzia Sousa e Genilda Costa falaram a respeito da mesma e dizem o significado da reserva e relataram sobre a ameaça de ocuparem: “*Nam, o propósito da reserva é de ficar lá mesmo, porque o INCRA exigiu, é lei todo assentamento tem que ter. Mas teve uma época que queriam invadir*” (LUZIA, 2019).

Dona Genilda também comentou sobre a reserva dando risadas: “*Que fique sempre lá ... (Risos), porque sempre tem que ficar reserva, é uma área que tem que ser preservada, por que se fosse nos lotes seria derrubada*” (GENILDA, 2020).

A imagem abaixo mostra o momento da barreira realizada por alguns homens, para impedirem a passagem dos que ameaçavam ocupar. Conforme a imagem mostra, essa barreira era realizada com uma corda e o um pano vermelho, durante o dia e a noite, como relatou a dona Rosilene. As mulheres ficavam em casa preparando a comida e mandavam os filhos levarem para o grupo que estava na barreira, dessa mesma forma acontecia para a turma que estava dentro da reserva em vigilância, tanto durante o dia como durante a noite.

**Figura 10:** Barreira.



**Fonte:** José Paulo Ramalho de Araújo (2019).

Dona Genilda relatou ainda que o trabalho no período dessa ameaça ocorria por meio de divisões de turmas. Para a reserva a noite era um grupo e ao dia era outro, e assim sempre

invertiam até a ameaça acabar. Segundo ela, nesses grupos estavam envolvidos tanto homens como mulheres “pois todos lutavam pelo mesmo objetivo, proteger a reserva”. Todavia, apesar de todas as dificuldades e contradições vividas nesses espaços sociais, os relatos indicam que a maioria está contente por finalmente ter conquistado seu lote.

**Figura 11:** Antes e Depois da Terra Conquistada.



**Fonte:** Alessandra da Conceição Morais (2020).

Atualmente os moradores vivem em um local tranquilo, aconchegado. Segundo as mulheres entrevistadas, o trabalho agora depois da terra conquistada se dá individualmente, cada família se responsabiliza pelos seus deveres, casas são construídas a partir do seu próprio rendimento. O trabalho para algumas mulheres, como Rosilene Nascimento, é somente em casa, ela relatou que apenas seu esposo trabalha fora. Já a dona Genilda Costa relatou que trabalha tanto dentro de casa como na roça com o esposo. Observa-se aqui uma diferença de trabalho da época do barracão para agora, depois de assentados. Se olharmos para os relatos de vida de cada uma delas, as mesmas falam sobre a forma de trabalho de antigamente com montagem e desmontagem de barracos, o posicionamento de homens e mulheres, todos juntos nos trabalhos. Porém, atualmente para algumas há uma divisão de trabalho familiar e interna, onde a mulher cuida da casa e o homem dos serviços de fora.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos entender as diversas atuações das mulheres no interior do assentamento, estudando por meio de análises acerca das seguintes orientações: os papéis desempenhados por mulheres e homens dentro do assentamento e os cargos ocupados na organização, que por vezes intrigam relações sociais desiguais entre o masculino e o feminino.

Estudar o movimento das mulheres assentadas é adentrar em um enovelamento de relações. Por isso, caminhamos sob a perspectiva de gênero e empoderamento, com a intenção de compreender as atuações das mulheres em diferentes momentos: no acampamento e no assentamento e, em diferentes espaços: público e privado. Procuramos destacar o processo de lutas, participações e organizações das mulheres durante os acampamentos e, principalmente no assentamento.

Os dados da pesquisa de campo nos revelaram que foi longa a trajetória trilhada pelas mulheres até a conquista do espaço público. Na análise de suas trajetórias de vida percebemos que viveram experiências similares e distintas, especialmente nas histórias familiares, que apesar das especificidades apresentaram vivências comuns, como podemos observar nas falas de cada uma delas, que o sofrimento e as dificuldades sempre estiveram presentes e a parte de montar e desmontar barracos, todas elas passaram por isso.

Por isso, quero destacar nesta parte da pesquisa que as conquistas das mulheres assentadas estão inconclusas e são instigantes, que nos encantaram e nos encantam e nos movem já algum tempo, desde o ano de 2016, quando mantivemos nossos primeiros diálogos. Ainda assim, percebemos que os diálogos apresentados não se esgotaram.

Nessa trajetória construíram sonhos para si e para os seus, de mulheres pobres, trabalhadoras que encontraram nas participações dos movimentos sociais, Igrejas, partidos e sindicatos, sentido, motivos e até mesmo, condições para reconstruir suas vidas: vida de mulheres que hoje tem seu próprio terreno.

Os resultados apontam que, a divisão do trabalho no assentamento Oziel é realizada de forma desigual acerca da organização política, pois as mulheres não têm cerca de cinquenta por cento de participação nos trabalhos e reuniões no assentamento, por exemplo a parte da Associação, que nenhuma mulher conseguiu chegar ao poder mesmo sendo por motivos de não querer e também pelo fato da votação não estar em uma organização formal, simplesmente a população aceita pra quem já está no poder, deixando assim sempre o Sr. Rubens Lima como o representante do assentamento. Lembrando que seu mandato já venceu

e não houve votação para eleger, mas o Sr, Rubens ainda continua no poder e a Associação não toma providências.

Quando ocorre reuniões para informar as demandas do assentamento nem todas as mulheres comparecem. Dona Francisca, Dona Nilsa e outras marcam presença e muitas dessas vezes resolvem falar, mesmo quando suas vozes não são atendidas. São mulheres como Dona Francisca tem condições para ocupar o cargo, mais a mesma relata que “ por não concordar muitas vezes com a decisão da associação, não aceitam como representante”.

Observa-se na pesquisa que mesmo não havendo muita participação das mulheres nessa parte da organização política, vemos que a divisão de trabalho dentro do assentamento ocorre no processo de individualidade, por exemplo, por família, só ocorre reunião para falar sobre investimentos do assentamento, redes de energias, água encanada, estradas em boas condições, a realização de mais dois poços artesianos e etc. Tudo que ajude a melhorar a instabilidade do assentamento Oziel Alves.

Segunda as entrevistadas cada família se responsabiliza pelo seu próprio consumo, mas elas tanto ajudam com alimentação como também nos serviços da casa, em um dia de pesquisapode presenciar Dona Maria José no trabalho das mandiocas e na realização do almoço. Contudo, constatamos que para haver equidade de gênero no “equilíbrio de posições entre mulheres ehomens”, é necessário que outros espaços sejam ampliados e democratizados, sobretudo o espaço privado/da casa, onde as relações tendem a ainda serem conservadoras.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Rejane Cleide Medeiros de. **Práxis política do movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST)- TO: trajetória de organização e formação política.** 2017. 231 f. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- ALBUQUERQUE, Ligia; RUFINO, Isaura. “**Elementos que dificultam a participação da mulher no processo da reforma agrária**”. In: LAVINAS, Lena (Org.). Anais do Seminário Mulheres Rurais: Identidades e na Luta Política. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1987. p. 320-339.
- BERNANT, I. G. Um no jeito de organizar. **A nova organicidade em/do movimento; luta pela terra, luta na terra e identidade sem terra na área de influência da Brigada Salvador Allende-MST (Paraná).** 2012. 293f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universitat de Lleida, Lleida, 2012.
- BEZERRA NETO, Luiz. **Sem-Terra aprende e ensina: estudo sobre as práticas educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.** Campinas: Autores Associados, 1999.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 9. 504, de 30 de setembro de 1997.** Consultoria Legislativa Anexo III – Térreo Brasília – DF, 2005.
- CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo.** Estudos Avançados, vol.15, nº 43, São Paulo: Set/Dec, 2001.
- CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.COMISSÃO Nacional de Mulheres do MST. “Avançar na luta”. Jornal Sem Terra, São Paulo, n. 72, abr. 1988.
- DEERE, Carmen. Os direitos da mulher à terra e os movimentos sociais rurais na reforma agrária brasileira. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 1, 2004.
- ESMERALDO, Gema Galgani S. L. **A produção de um devir minoritário em Mulheres Sem Terra.** In: Núcleo de Pesquisa e Movimentos Sociais. II Seminário Nacional. Movimentos Sociais e Democracia. Publicado em 2007.
- ESMERALDO, G. G. S. L. **O protagonismo político de mulheres rurais por seu reconhecimento econômico e social.** In: Delma Pessanha Neves, Leonilde Servolo de Medeiros (Org.). Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos. Niterói: Alternativa, 2013. p.237-256.
- FARIAS, M. F. L. **Mulheres no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).** In: Losandro Antonio Tedeschi. (Org.). Leituras de Gênero e interculturalidade. 1ed.Dourados: UFGD, 2013, v. 01, p. 389-405.
- FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** São Paulo: Vozes, 2000.
- GIULANI, P. C. **Os movimentos de trabalhadoras e a sociedade brasileira.** Espaço feminino no mercado produtivo. In: DEL PRIORE, M. (Org.). História das mulheres no Brasil. 10 ed. São Paulo: Contexto, 2015. 640-668p
- GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos.** 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, Maria da Glória. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2002.

GOHN, M. G. **Mapeamento do cenário dos movimentos sociais no Brasil – 1972-1997**. In: Teoria dos movimentos sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 2004. \_\_\_\_\_. **Movimentos sociais no início do século XXI**. Petrópolis: Vozes, 2004a.

GRAMSCI, Antônio Conceição. **Concepção dialética da história**. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

GROSSI, Mirian Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Antropologia em Primeira Mão, n 24, Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin: la pensée de la différence**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

HOUTART, François. **Os movimentos sociais e a construção de um novo sujeito histórico**. Tradução: Simone Rezende da Silva. In: BORON, A. A.; AMADEO, J; GONZÁLEZ, S. (Orgs.). **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. 1ª ed. Buenos Aires: Expressão Popular, 2006, p. 459 – 469.

Joan Scott - **Gênero: uma categoria útil de análises históricas**. Gênero e a política da história. New York, Columbia University Press. 1989.

LARA JUNIOR, Nadir. Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST. **Revista NERA (UNESP)**, ano 15, nº20 – jan/jun de 2012, p. 156-174.

LAVINAS, Lena; CAPPELLIN, Paola. **“Gênero e classe: mulheres trabalhadoras rurais”**. Mulheres Trabalhadoras Rurais (Revista da CUT, Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais), p. 28-41, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do partido comunista**. Tradução: Pietro Nassetti. 2ª ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). **Programa agrário do MST: lutas, construir Reforma Agrária popular!** 3ª ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2013.

MST. **Construindo o caminho**. São Paulo: Secretaria Nacional, 2019.

MST; Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **O Setor de Gênero do MST**. Publicado em: março de 2010. Disponível em: <<http://base.d-p-h.info/pt/fiches/dph/fiche-dph8247.html>>.

NAVARRO, Zander. **Democracia, cidadania e representação: os movimentos sociais rurais no estado do Rio Grande do Sul, Brasil, 1978-1990**. In: NAVARRO, Zander (Org.). **Política, protesto e cidadania no campo: as lutas sociais dos colonos e dos trabalhadores rurais no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1996. p. 62-105.

ROMANO, Jorge O.; ANTUNES, Marta. In: **Empoderamento e direitos no combate à pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid Brasil, 2002.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painelas”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SALES, C. de M. V. **Mulheres jovens rurais:** marcando seus espaços. In: Parry Scott, Rosineide Cordeiro e Marilda Menezes (orgs.). Gênero e geração em contextos rurais. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 423-448.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto. **Jornadas de trabalho de mulheres e homens em um assentamento do MST.** 2004.

SOUZA, Jessé. **As classes sociais e o mistério da desigualdade brasileira.** In: Fundação Perseu Abramo; Fundação Friedrich Ebert (Orgs.). Classes? Que Classes? Ciclos de debates sobre classes sociais. Fundação Perseu Abramo: São Paulo, 2013, p. 53-64.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Mulheres e desenvolvimento agrícola no Brasil:** uma perspectiva de gênero. Brasília: IICA, Escritório no Brasil, 1992.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. (1999). **Brava gente:** a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

XAVIER, E; PIMENTA, K. A utopia no movimento dos trabalhadores rurais sem terra. **Rev. UFMC**, Belo Horizonte, v. 24, n 1 E. 2, p. 162- 175 jan/Dez, 2017.